



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Ata n.º 370 -----

-----  
----- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

*"Período de Antes da Ordem do Dia: -----*

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação da Ata n.º 368 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. -- Período da Ordem do Dia: -----*

----- **Ponto um** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2022, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de 2022, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e do Património do Município de Anadia;-----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto final de Regulamento de Funcionamento das Férias Desportivas e Culturais do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA. -----*

*Período de Intervenção do Público: -----*

*Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----*

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Fernando Pereira Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Bárbara Dias Martins – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • Joaquim Manuel Pereira Almeida – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Pedro Pina Ribeiro – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguiçó e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • Silvana Ferreira Marques – PPD/PSD – Vereadora; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----
- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----
- Saúdo e cumprimento a Senhora Presidente da Câmara Municipal, bem como o Executivo camarário, o Plenário da Assembleia Municipal, o público presente, se calhar fica a aguardar um pouquinho e aqueles que nos seguem através de redes sociais e a comunicação social aqui representada. -----
- A Mesa da Assembleia Municipal rececionou pedidos substituição por impedimento de Marta Susana Taveira Duarte que se faz substituir por Marcelino Rasga Ferreira, Luís Miguel da Fonte que se faz substituir por João Carlos Costeira e este por Bárbara Dias Martins, António



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rafael Timóteo, que se faz substituir por Manuel de Oliveira Marinha, este por Elisabete Garrido e esta por Joaquim de Almeida, Graciete Piedade Crasto, que se faz substituir por Luís Pedro Ferreira e este por Fernando Pereira Gonçalves e recebemos ainda a informação do Senhor Vereador João Nogueira de Almeida da impossibilidade presença, fazendo-se substituir por Silvana Ferreira Marques. -----

----- Verificada a identidade e legitimidade das Senhores e Senhores Deputados presentes, assim como a existência de quórum, declaro aberta esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA e cuja organização obedece ao contido nos artigos trigésimo quinto e seguintes. São catorze horas e quarenta e sete minutos. -----

----- Antes de abordarmos os pontos do período da ordem do dia, informo que a Mesa da Assembleia Municipal rececionou informação da Senhora Presidente da Câmara de que foi constatado um lapso no documento de prestação de contas de dois mil e vinte e dois, já retificado e que terá sido enviado e que foi enviado mesmo às Senhoras e Senhores Deputados e penso que também aos Senhores vereadores. Que a Mesa da AMA não tem competência no envio a outro órgão que não seja a Assembleia Municipal, da informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca das atividades desta e da situação financeira do Município, sendo isto resultante apenas de competências de apreciação e fiscalização, conforme também está estatuído. -----

----- Passamos então ao **ponto um do Período de Antes da Ordem do Dia**, portanto, que é a **apreciação e votação da Ata número três seis oito**, a Ata três seis oito refere-se à Assembleia de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelo que as deputadas e Deputados Bárbara Martins, Pedro Pina Ribeiro, Henrique Lameirinhas, José Manuel Carvalho, Dinis Torres e Fernando Gonçalves estão inibidos de a votar, portanto, dou a palavra de alguma alteração, alguma critica ou alguma observação que queiram fazer relativamente a esta Ata e dou a palavra à Senhora deputada Ana Cristina, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:**

----- Cumprimento a assembleia e todos os presentes aqui ou online, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Ora bem a Ata tem muitos erros ortográficos e eu, se calhar, o melhor seria no fim ir ter com a secretária e corrigir com ela, porque realmente são muitos. Não sei se querem já ou se depois? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu só gostaria de dizer duas coisas, aliás, isto já foi ventilado nas outras situações, a transcrição para papel das atas deriva de uma audição, portanto, do registo. Só que aquele registo obedece a determinados algoritmos que muitas vezes repete a mesma coisa, aliás, sem querer ser jocoso o Presidente da Assembleia Municipal é a Presidente da Assembleia Municipal, mas como esta coisa do género hoje não tem assim grande efeito, deixei passar. Não quero com isto dizer que, mas, na verdade que eu li e penso não serem de conteúdo, algum é mesmo gramatical poderá, mas tem algumas. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:**

----- É mesmo de escrita de uma Ata e é mesmo de Português. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Sim, sim, é o que eu estou a dizer, mas de qualquer das formas, se quiser, para não ser enfadonho estarmos a ouvir novo, se disser os parágrafos, as alterações, poderemos fazer, se o plenário assim o entender, podemos fazer a correção, na verdade, porque repare há muitos e, quiçá eu, estou a falar e digo pois e... pois e depois volto atrás, quer dizer e isso fica tudo registado. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:**

----- Mas não é o caso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pronto, mas de qualquer das formas eu aceito perfeitamente esse reparo, se concordarem e se não houver mais ninguém que queira, que queira intervir eu ponho à votação com a nuance da correção que a Senhora fizer. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina Silva, do Grupo Municipal do PPD/PSD:**

----- Não é o conteúdo é só a escrita. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok. Não havendo mais nenhuma intervenção, eu poria então à votação, com as ausências dos Senhores Deputados presentes, dois, quatro, seis, portanto, na presença de trinta Deputados, falta um Deputado, votarão vinte e quatro e eu ponha à votação: primeira fila quem vota a favor? Segunda fila, quem vota a favor? Terceira fila, quem vota a favor? Quarta fila, quem vota a favor? Mesa? Nas contas dá que foi votada e aprovada, por maioria, de vinte e três votos, num universo de vinte e quatro. Então entramos no ponto dois do período da ordem do dia, que é um período reservado, um período reservado a intervenções dos seus Deputados municipais. -----

----- Por abstenção, porque eu falei que falta um Deputado, falei que falta um Deputado, abstenção que não é abstenção e porque não é presença, o universo é de vinte e três. Não num universo de vinte e quatro, porque seis não pode votar e com a falta de um dos Deputados, foi por vinte e três votos. Não percebi, desculpem, por unanimidade? Sim, sim, sim. Portanto, entramos no **ponto dois de Intervenções dos Senhores Deputados Municipais**, há inscrições? Dou a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, na pessoa de Vossa excelência e da Senhora Presidente da Câmara cumprimento todos os presentes, bem como os que nos acompanham via internet. ----

----- O assunto que vou referir já foi muitas vezes abordado nesta Assembleia Municipal. Refiro-me à requalificação da antiga Escola Secundária. A adjudicação da obra de requalificação foi notícia num jornal local e não podemos ficar alheios ao facto de ter merecido elevado número de consultas, comentários e partilhas nas redes sociais. O que transparece em muitos casos é que há pessoas com muitas dúvidas ou desconhecimento, pelo que penso justificar-se uma nova



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referência da parte da Senhora Presidente, até porque a informação nunca é em excesso. Há como é natural, todo o tipo de comentários, alguns favoráveis, outros sem fundamento e outros intencionalmente contrários. Há propostas de todo o tipo como é natural nas redes sociais, onde tudo é fácil de resolver. Há, no entanto, um denominador comum nos que só veem problemas, que é a distância às escolas do ensino superior de Coimbra e Aveiro, por exemplo. Sobre este assunto diria, no passado fim de semana estive em Lisboa e tive oportunidade de conversar com alunos universitários, que residem a trinta ou mais quilómetros da escola que frequentam e utilizam os transportes públicos na deslocação. Se tudo correr bem, gastam, no mínimo, uma hora no trajeto, se correr mal, sabe-se lá quanto. Senhora Presidente porque entendemos que esta obra não foi decidida de ânimo leve, diga-nos o que esteve na base desta decisão e se o futuro ainda poderá reservar outras oportunidades? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer tecer comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Muito boa tarde, cumprimento igualmente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e, obviamente, a Mesa, com os colegas já estive hoje de manhã em reunião de Câmara e, obviamente, cumprimento igualmente os Senhores Membros da Assembleia Municipal, os nossos colaboradores, portanto, desejando aqui uma boa sessão de trabalho. -----

----- Como qualquer investimento que se possa fazer, há sempre contestação, uns acham bem, outros acham menos bem e outros devia ser diferente. É quase como quando construímos uma casa também quando acabamos de construir devíamos começar novamente a construção. Mas pronto, aqui são opções políticas que estão em cima da Mesa e é disto que se trata e, na verdade, eu acho que o maior privilégio que nós temos efetivamente ter ficado, ter ficado nós Município de Anadia, com aquele imóvel e, portanto, é algo que fica connosco, é história do passado, que fica com o Município e obviamente que mesmo que não fosse para mais nada, já serviu para muito que foi efetivamente servir de acolhimento para as forças de segurança, enquanto decorreram as obras na GNR e agora com a requalificação que foi feita, para também a podermos acolher os serviços de saúde do Centro de Saúde de Anadia. Mas obviamente que esses serviços retomam às origens e, de facto, sempre foi pretensão do Executivo da Câmara Municipal requalificar aquele edifício e, obviamente, dar-lhe utilidade e sempre foi uma pretensão nossa que, dentro do possível, que se mantivesse a história daquele edifício e que a finalidade fosse essencialmente na área da educação e na área da cultura e, portanto, é assim foi assim e é assim que continuamos a trabalhar. É verdade que efetivamente vamos fazendo o contacto com as diversas universidades e com os diversos politécnicos, no sentido de podermos ter em Anadia um pólo do ensino superior e, portanto, claro que está dentro das nossas pretensões, mas, obviamente, surgiu esta oportunidade do alojamento estudantil e foi essa oportunidade que nós agarrámos e, portanto, para além de requalificar o edifício, obviamente o edifício muito grande, mas além da requalificação e é apenas uma parte do edifício que vai ser ocupada, nomeadamente o antigo colégio nacional, que será o primeiro e segundo andar para a



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

residência de estudantes, ficará ainda livre o rés do chão e toda a outra parte do edificado que se calhar ainda está em piores condições do que a parte mais antiga. E na verdade, como eu disse, foi agarrar esta oportunidade de requalificação, de comparticipação e, portanto, acreditar efetivamente neste projeto, nesta candidatura e, obviamente, dar-lhe uma finalidade que era efetivamente dar a resposta àquilo que é uma preocupação e que é uma necessidade para o País e para os nossos estudantes que é o alojamento. E, portanto, alojamento para estudantes universitários, mas o alojamento também para pessoas que possam integrar o mestrado ou doutoramento, portanto, há todas essas possibilidades e o programa funcional foi assim desenhado, foi assim acolhido pela Agência Nacional, que nos acompanhou em todo este processo e, pronto, e neste momento aquilo que eu posso dizer é que temos empreiteiro. O contrato está prestes a ser formalizado, portanto, seguirá a tramitação normal para que haja esse investimento. -----

----- Quanto a distâncias, como disse, isto as distâncias são relativas, se calhar há uns anos atrás falar em trinta quilómetros era muito complicado, hoje em dia já não é tanto assim. Também com uma nova vertente em termos de ensino, que é um ensino misto, o ensino à distância, isso com o covid também aprendemos um bocadinho mais sobre essas hipóteses e, portanto, nós temos aqui todas as condições e reconhecidas por quem de direito para termos, para podermos acolher esses jovens, serem apoiados no regime do ensino à distância, mas também temos as condições para termos e essa é uma luta nossa que continuaremos a travar para termos aqui um pólo do ensino superior e, portanto, nada mais terei a acrescentar relativamente a isto se não urge, efetivamente, que a obra seja feita e que se cumpra os prazos, porque a obra tem um financiamento, tem um envelope financeiro com todas as exigências que nos foram impostas, mas há um timing efetivamente que é para cumprir e toda a gente já ouviu falar nos prazos do PRR que já estão atrasados e, portanto, nós queremos efetivamente cumprir e honrar os compromissos que assumimos. E é o que se me oferece neste momento, dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento os restantes membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e restantes vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Deputados municipais, público em geral, comunicação social presente e nas redes sociais. -----

----- Venho falar da questão relativamente à carência dos médicos das Extensões do Posto de Saúde. E para expor a situação eu gostava de criar ou explanar efetivamente o processo. No anterior mandato do qual eu era Presidente da Assembleia de Freguesia de Avelãs de Cima, a Freguesia foi contactada pelo ACES do Baixo Vouga no sentido de se criarem as condições para



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a Extensão do Posto de Saúde de Avelãs de Cima pudesse receber, pudesse ter maior capacidade de acolhimento nestes cuidados primários de saúde. Efetivamente foi um diálogo com o Município, portanto, a Senhora Presidente lembra-se com toda a certeza, que houve uma intervenção ao nível da estrutura, telhados, ligação de rede de saneamento, rede de águas, portas exteriores independentes por causa do tratamento dos resíduos, outras ferramentas e utensílios, etcetera, etcetera, etcetera. Ou seja, nós fomos desafiados a criar as condições e efetivamente, essas condições foram aprovadas, até começaram a trabalhar condignamente. Os próprios médicos e técnicos de saúde, quer os auxiliares quer os restantes, encontraram lá condições de trabalho muito satisfatórias. O que acontece é que, neste momento, estes serviços, nomeadamente desde fevereiro, não funcionam e temos a população, nomeadamente os utentes, que carecem, portanto, de médico. A nós surpreende-nos este tipo de atitude, porque, efetivamente, parece que somos bonecos neste processo, quando é para criar as condições procuram-nos, quando é para nos alertar ou para tentar criar outras hipóteses, não somos ouvidos, não há uma palavra, não há um telefonema, não há uma reunião. E, portanto, fica o nosso desagrado pela forma desigual e até desinteressada com que se tem tratado desta questão. No entanto, parece-me que há questões que têm que ser aqui abordadas nesta assembleia. Na verdade, existem entidades no Município, privadas, inclusivamente, que não tem falta de médicos, ou seja, há soluções que foram criadas para os privados e o próprio sistema criou uma teia onde foi apanhado, porque, neste momento, não há capacidade de resposta relativamente à ausência desses médicos. Não sei a quem é que isto realmente interessa, não sei se há algum corporativismo, não sei se há alguma perseguição política, inclusivamente por causa do processo. Neste momento eu já posso pensar tudo e presumo que nós temos que solucionar rapidamente esta questão. Mais, já foi colocado um médico, portanto, no Anadia dois, que é Sangalhos e, segundo se consta, portanto, estou a vender ao mesmo preço que me foi oferecido, a médica que foi lá colocada recusa-se a prestar serviços na Extensão do Posto de Saúde de Avelãs de Cima. Não sei por que motivos e, portanto, temos que pedir efetivamente para que ela repense este processo, a própria direção, porque se for por problemas de pagamento de despesas de mobilidade, transporte, com certeza que nós estaremos cá para resolver e para ajudar a solucionar esta questão. Sem dúvida alguma hoje está-se a passar na Extensão com os utentes de Avelãs de Cima, amanhã poder-se-á com os utentes de Avelãs de Caminho, porque o médico também está para se reformar e outras Extensões dos Postos de Saúde. Portanto, nós estamos atentos e não vamos deixar passar em claro esta situação. A população começa-se a revoltar, inclusivamente, está a preparar ou já está a pensar noutras formas de luta, em dimensão que vai efetivamente ter impacto. Temos estado a tentar negociar este processo e, parafraseando agora o nosso Presidente da Assembleia da República, eu acho que é preciso alguma urbanidade e algum respeito pelas instituições públicas e políticas locais, na resolução deste problema. A mim, custa-me imenso que a Direção do ACES do Baixo Vouga, de momento, eu vou parafrasear agora o Presidente da República do Brasil na terça-feira, como é que esta gente chega a casa, vai estar com os seus





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

filhos, com a sua família e consegue ter este caso por resolver? Como diria ele, que papelão, que papelão desta gente no processo. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto à Senhora Presidente se quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Dizer que, efetivamente, o problema é em Avelãs Cima, é o problema de Avelãs de Caminho, é o problema também de São Lourenço, é o problema de Amoreira da Gândara quando o médico não vai. É o problema que temos em Anadia, portanto, é um problema que temos no Concelho e é um problema que temos na região, porque os outros Municípios estão igualmente a passar por esta situação e é um problema do país, porque, na verdade, existe falta de médicos ou médicos que não tem vontade de acorrer ao Serviço Nacional de Saúde, basicamente, não é? E quando concorrem ainda podem escolher se gostam, se não gostam, se querem ou não querem, como já aconteceu aqui no Concelho, em que um dia assinou um contrato e no dia seguinte vou-me embora. Aconteceu ainda recentemente, como acontece esta situação que me está a dizer que a médica não quer ir à Avelãs Cima. Bom, mas também não é a Presidente da Câmara que vai fazer o que quer que seja, porque nós nem na delegação de competências isso está previsto. Nós não temos qualquer intervenção na parte dos clínicos, nem da parte dos médicos, nem teremos na parte dos enfermeiros, não temos nem teremos, porque não assinamos se quer as competências, portanto, nessa parte vai ser sempre muito complicado. Ainda ontem na Assembleia Intermunicipal alguém falava inclusivamente um colega que contratou um médico. Mas contratando um médico privado o médico não tem acesso ao Serviço Nacional de Saúde e, portanto, não pode prescrever receitas e exames e por aí fora e, portanto, até alguma crítica era feita no sentido em que nós, Presidentes de Câmara, acabamos por nos pôr a jeito quando procuramos essas soluções, porque, no fundo, se calhar é isso que o Estado quer. Ele já vem delegando em nós e se nos formos cada vez mais substituindo ao Estado, obviamente o Estado vai tendo sempre o problema resolvido. Mas nesta matéria, nós nem sequer conseguimos fazê-lo, aliás, eu já tive em reuniões e, portanto, estão aqui colegas do Executivo que já estiveram comigo nessas reuniões e eu acho que já disse isto numa última assembleia, em que eu pedi inclusivamente ao Presidente do ACES quando essas situações voltassem a acontecer, que por favor, que me deixassem falar com esses médicos. Deixem-nos falar com esses médicos, mas há dias a um colega seu, inclusivamente, quis ir cumprimentar a médica e foi-lhe negada essa situação. Não sei se depois ele quererá dizer alguma coisa ou não, mas depois a médica até foi à procura do Presidente da Junta. Isto é caricato, mas, na verdade, isto para dizer que é muito difícil de gerir esta situação e nós temos um problema sério na falta de substituição dos médicos, por aqueles que se aposentam, por aqueles que se querem ir embora e por aqueles que se recusam, efetivamente, a continuar a trabalhar em determinados moldes no Serviço Nacional de Saúde. Preocupação esta que partilhei ainda na semana passada com a Adjunta do CEO do Serviço Nacional de Saúde que nos veio visitar, só cumpriu uma parte da visita e do convite que lhe fizemos, mas que transmite isso mesmo, quer dizer, não adianta,





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de facto, nós continuarmos a investir nos edifícios, nos imóveis, que depois temos boas condições para criar ainda melhores condições para fixar esses médicos, se depois não temos a resposta em termos de recursos humanos e, portanto, isto é deveras preocupante. Há quem diga que a dita ULS vem resolver esses problemas e eu não acredito. Dizem que essa dita ULS vem dar autonomia de gestão, mas a minha pergunta é, como é que vai dar autonomia de gestão, se a todas as portas onde vamos bater nos dão a mesma resposta. Não temos dinheiro, nós dependemos Ministério das Finanças. Então se agora não há essa resposta, porque não há dinheiro, como é que vai haver depois no futuro? Podem ter autonomia de gestão, mas se não tiverem dinheiro para pagar, estamos na mesma e, portanto, eu não acredito efetivamente nos próximos tempos que tenhamos essa resposta assim tão imediata e este é um problema sério, efetivamente, que nós temos no Concelho, temos na região e temos no país. Diz o Estado que vai agora abrir concurso para não sei quantos médicos, não sei se isso, de repente, se estalam os dedos e vão aparecer tantos médicos. Eu fiquei encantada da visita que fiz aqui ao Centro de Saúde ainda na semana passada e a coordenadora do Centro de Saúde muito orgulhosa, tinha quatro, quatro internas lá e eu disse bem hajam. Ok. As meninas têm que ficar satisfeitas, oxalá que façam este caminho e que fiquem encantadas com o Município, para ver se, enfim, num futuro imediato, possam até ter a hipótese de se virem candidatar a Anadia. Mas é preciso que hajam vagas e é preciso que hajam condições para se poderem recrutar estas pessoas. E, portanto, que mais dizer senão que apoiarei todas as medidas que forem encetadas e que se a população quiser, estaremos de certeza absoluta ao lado das populações porque, de facto, nós não podemos ficar impávidos e serenos a assistir a este processo que se vai degradando dia a dia e nada mais tenho neste momento, acrescentar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa.

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ora então, apresento os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, à Senhora Presidente da Câmara e vereadores, aos colegas Deputados, ao público presente e via online e a todas as pessoas que nos acompanham, eventualmente pelas redes sociais. -----

----- Bem, a minha intervenção tem um pouco também a ver com a área da saúde, aliás, repetindo, não é repetindo na mesma forma, mas falando num problema que a Senhora Presidente da Câmara também acabou por abordar, que é a criação da tal Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro. Tivemos conhecimento de que em quinze de março, penso eu, que a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde enviou para os Presidentes das Câmaras da CIRA, também para a CIRA, provavelmente, um pedido de resposta, uma carta solicitando informações sobre as condições que achavam razoáveis e o sentir da própria população relativamente à criação dessa Unidade Local de Saúde. Como, digamos, da documentação que foi distribuída para esta assembleia não consta nenhuma informação sobre este assunto e porque acho ou porque achamos que seria importante nós sermos também informados sobre



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso, eu pediria à Senhora Presidente que fizesse o favor de nos transmitir o estado, se já foi feita essa resposta e qual o conteúdo dessa resposta. Porque, naturalmente, eu penso até que este assunto da Unidade Local de Saúde, por algumas das coisas que aqui ouvimos e que eu vou destacar, mas há uma certa aproximação de posições entre todas as forças políticas ou movimentos aqui representados, quer dizer, não há, tanto quanto me apercebo e posso estar enganado, mas não há grandes divergências e, portanto, era bom que estivéssemos todos no mesmo lado na defesa dos interesses dos utentes do Serviço Nacional de Saúde que vivem em Anadia. Concordo com aquilo que disse há bocadinho que a simples criação da Unidade Local de Saúde e, portanto, aquilo que se fala numa coordenação entre os cuidados primários e os cuidados hospitalares, não será resolvido só por essa integração, porque efetivamente o Hospital de Aveiro, falamos assim que é a sede ou será a sede dessa Unidade Local de Saúde, não tem nos seus quadros qualquer médico de medicina geral e familiar, portanto, a eventual intermutabilidade dos funcionários não poderá ser feita, portanto, se não for por outra via, não é pela integração na Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro que passaremos a ter mais médicos de medicina geral e familiar, que são aqueles que estão nas nossas Unidades e Extensões de Saúde. Por outro lado, no plano de negócios que a Direção Executiva entregou às Câmaras para darem o seu parecer, aquilo que estava vertido na deliberação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde em nove de dezembro, que criou esse grupo de trabalho que fez esse plano, estava lá claramente expresso que se devia tomar em consideração a liberdade de escolha dos utentes dos Concelhos limítrofes em relação a poderem optar as unidades de saúde que achassem mais conveniente e que, no nosso caso, era claramente por Aveiro, naturalmente, e por Coimbra, onde hoje é já acompanhado, em termos de cuidados hospitalares, a maioria dos utentes de Anadia. De maneira que eu gostaria então de, postas estas opiniões, perguntar à Senhora Presidente se já foi dada a tal resposta e se nos pode dizer qual é o seu conteúdo. Já agora também, como é membro da Direção da Comunidade do Conselho Executivo, chamemos-lhe assim, da CIRA, qual é a posição da CIRA também sobre este assunto, porque, tanto quanto me apercebo, eu sou membro também dessa Assembleia Intermunicipal, tirando Ovar e eventualmente nós, não há grande contestação à criação da Unidade Local de Saúde. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente quer responder, quer tirar dúvidas? -

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu vou responder ao Senhor Deputado, mas começo logo por lhe dizer que acho muito estranho o Senhor me estar a colocar essa pergunta. Porque eu tive oportunidade de remeter para a Assembleia Municipal toda a informação que temos dado, toda a troca de correspondência que temos feito, nomeadamente, com o CEO do Serviço Nacional de Saúde e este assunto também já foi objeto de reflexão no Executivo Municipal e, portanto, eu penso que vocês não andarão zangados, nem o vereador com a bancada, porque, de certeza, que devem ter comunicado e devem ter transmitido aquilo que foi tratado em reunião do Executivo.



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, quando, já que me está a pedir para falar eu peço desculpa Senhor Presidente se me vou estender um bocadinho, mas eu tenho que fazer também um bocadinho agora da história disto. Quando nos foi comunicado da criação da ULS e convidando os Senhores Presidentes de Câmara para depois darem os seus contributos e que brevemente iria ser apresentado um estudo, obviamente, ficámos a aguardar, mas como eu não sabia o tempo que isso ia demorar, tive oportunidade antecipadamente fazer uma comunicação ao CEO do Serviço Nacional de Saúde transmitindo ao CEO qual era a nossa posição, nossa Município de Anadia, o que é que pensava o Executivo Municipal e, portanto, já lhe transmiti, obviamente, antecipadamente, daquilo que era a preocupação do Município nos cuidados de saúde primários e, nomeadamente, na integração dos cuidados de saúde hospitalares, nomeadamente, no que se refere à prestação de serviço do Hospital José Luciano de Castro. E, portanto, foi-me dada a resposta agradecendo os contributos. Okay tudo bem e eu como achei que aquilo era pouco, voltei outra vez a agradecer a resposta, pronto, foram muito rápidos, mas, na verdade, eles deviam vir cá e ver, porque tudo aquilo que a gente possa contar às vezes as pessoas não acreditam e, portanto, que viessem ao nosso Concelho. Posto isso, tivemos o plano de negócios que nos foi remetido e foi pedido a cada um dos Municípios e à Comunidade Intermunicipal que dessem o parecer e os contributos, portanto, levei este assunto à reunião do Executivo e pedi ao Executivo, efetivamente, às forças políticas representadas no Executivo que fizessem uma análise com toda a imparcialidade e que dessem os seus contributos, para podermos elaborar em conjunto uma resposta que transmitisse aquilo que era a posição do Executivo Municipal. E foi isso que fizemos, essa comunicação foi feita, foi o documento que cada um deu os seus contributos, o documento foi elaborado, foi partilhado pelos membros do Executivo, não havendo discordância ao mesmo, portanto, foi mesmo reencaminhado para o CEO do Serviço Nacional de Saúde, com conhecimento à Comunidade Intermunicipal. Isto porque, entretanto, também já tínhamos tido uma reunião da Comunidade Intermunicipal, o assunto não ficou fechado e, portanto, teríamos uma nova abordagem. Foi isso que aconteceu na semana passada na reunião da Comunidade Intermunicipal e dizer-lhe que, logicamente, neste processo, quem está numa posição mais delicada é efetivamente Anadia e Ovar, porque estamos nas fronteiras do Concelho e, portanto, em termos de referenciação os munícipes de Anadia estiveram sempre, enfim, muito mais identificados em termos de saúde com Coimbra e Ovar, enfim, tem outras referências, como seja a Feira ou mais a Norte e, portanto, não queriam de forma alguma ficar vinculados e com a exclusividade à Unidade Local de Saúde com sede, efetivamente, no Hospital do Baixo Vouga. Só dizer-vos que o documento, tal como veio, efetivamente, aliás, eu fiz essa pergunta em reunião de Câmara, aquilo para mim nem sequer descrevia qual era a estrutura, qual era a organização da criação da Unidade Local de Saúde. Aquilo que nos foi remetido foi um plano de negócios, supostamente um plano de negócios a dez anos. Eu como sou engenheira, a minha área não é propriamente economia nem gestão e coloquei essa pergunta, porque tinha dúvidas mesmo assim que aquilo fosse considerado um plano de negócios, porque, de facto, a ideia de que aquilo estava há dez anos, não era isso que o documento nos transmitia, se calhar a três



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos, aliás, o documento também referia isso mesmo e, por outro lado, o diagnóstico mal feito. E no que toca a Anadia é inadmissível que, por exemplo, se fale nos investimentos da Saúde em Anadia e se fale apenas no Centro de Saúde de Anadia, cuja obra será concluída no final deste semestre e mais dois investimentos que se estão lá, em termos que de climatização e de eficiência energética, foi porque o ACES nos pediu para incluir, mas não seria essa, no fundo, a expectativa do Município. Em termos atuais e o ACES e a ARS sabem disto, é que, efetivamente, estávamos a investir no Centro de Saúde de Anadia, mas o nosso propósito era de imediato ir para Sangalhos, ir para São Lourenço. Mas São Lourenço não é só meter lá a caldeira do aquecimento nem a climatização, portanto, era fazer também uma reorganização do edifício, de maneira a que estes três polos constituídos, nestes três polos, fosse criada as ditas USF e, portanto, a nascente e a poente e mais ou menos feito o triângulo aqui no nosso território, ficávamos aqui, enfim, posicionados com a criação destes polos e com a criação das USF e com outra resposta à população. E, na verdade, o diagnóstico não revela nada disso, nem sequer refere sequer Sangalhos, não refere sequer São Lourenço do Bairro em termos de obras. E para dizer que disse isto mesmo, na semana passada, na reunião que tivemos com a Adjunta do Doutor Fernando Araújo. Mas o que me mais me admirou é que alguém que está naquele documento, como sejam o ACES e a ARS, ainda disse, mas isso não é possível. Mas eles tiveram lá, bolas, o nome deles está lá, estão lá elencados, fazem parte daquele documento que nos foi apresentado da ULS, portanto, mostrarem-se surpreendidos deixou-me surpreendida, sinceramente. E, por outro lado, a referência ao Hospital do Baixo Vouga, do Hospital José Luciano de Castro é zero, basicamente. O que é mais uma vez inadmissível, porque eu tive a oportunidade de dizer isto também na reunião da CIRA, é que, na verdade, no mínimo, no diagnóstico daquilo que é um presente, devia lá estar referenciado, porque, neste momento, o Serviço Nacional de Saúde tem acordos com o Hospital José Luciano de Castro e, portanto, teria de fazer referência a isso. Se para o futuro não querem manter esses acordos, muito bem devia ser dito e devia ser assumido, agora no presente tem que se fazer referência àquilo que é este protocolo que existe entre o Hospital José Luciano de Castro e o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, para nós o documento enferma pela falta ou pelo esquecimento, pela omissão, chamem-lhe o que quiserem, relativamente àquilo que existe no momento em termos cuidados de saúde primários e hospitalares e enferma naquilo que é as propostas para o futuro e muito menos daqui a dez anos, aquilo não é nada. Mais ainda a preocupação daquilo que todos temos, que é a resposta em termos de recursos humanos, portanto, isso não é de forma alguma referenciado nem destacado naquele documento. Aquilo que eu disse na Comunidade Intermunicipal, isto na semana passada, é que, além da proposta, nós comunicamos, portanto, demos o nosso parecer, em termos da Comunidade Intermunicipal aquilo que eu referi é que não me revejo, efetivamente, naquele documento e, portanto, o Município de Anadia não iria votar o documento que a Comunidade Intermunicipal iria apresentar, portanto, enquanto contributos para a criação da ULS. E, portanto, Anadia e Ovar ficamos ausentes dessa votação, porque, na verdade, não nos revemos naquele documento e entendemos que o documento que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi apresentado não serve, efetivamente, os interesses de Anadia e, nomeadamente, não serve em termos da falta de respostas dos cuidados de saúde primários e hospitalares. Sobre a referenciação podem continuar a dizer que isso está salvaguardado. Está salvaguardado mas não está escrito, não está explicado, portanto, não adianta só estar de conversa, dizer que isso está salvaguardado, quando nós sabemos que hoje, inclusivamente, há pessoas que se forem dentro da ambulância já são encaminhados para determinados sítios e, portanto, não perguntam a pessoa você quer ir para Sul ou quer ir para Norte. Vão para onde já estão encaminhados e, portanto, quer queiramos quer não, de certa maneira, já está a ser dado um contributo de reforço para a ULS de Aveiro, na medida em que começa a haver já uma grande deslocalização de pessoas, sobretudo aquelas que estão dependentes, enfim, do transporte, que vão nas ambulâncias para terem outro tipo de respostas, portanto, sobre esta situação, não vos consigo acrescentar nada mais senão dissermos que aquilo que nós vemos naquele documento é um enorme vazio. Isso mesmo também foi transmitido, além daquilo que foi vertido no documento, foi transmitido na semana passada à Doutora Fátima Fonseca e, portanto, vamos aguardar sobre, enfim, se há alguma alteração a esse documento e se há alguma aceitação dos contributos que foram propostos ou pura e simplesmente estão a fazer de conta que, de facto, nos estão a perguntar e que estão preocupados e querem saber dos nossos contributos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, eu ia roubar mais um bocadito só neste tema, porque esta história da ULS faz-me lembrar uma equipa de futebol e que só jogam os treinadores, os jogadores não jogam e, portanto, se calhar, nem sequer têm tanto treinador para chegar a entrar em campo e, portanto, não há jogo. É o que acontece. Depois também e não é nenhuma crítica, porque nenhum de nós percebe nada disto, é que nós não estamos informados acerca da problemática da saúde e, portanto, muitas vezes, temos alguns devaneios não coerentes com as realidades e a saúde em Portugal está mal e nós tentamos zelar pela nossa saúde aqui e não é por nomes, a panaceia para aquilo não é ULS, panaceia para a saúde é, na verdade, fazerem coisas estruturantes de forma a que isto aconteça. Eu lembro-me quando andava por aí, eu fui parar a Trás-os-Montes, os sítios onde era carenciado Trás-os-Montes, Madeira, toda a zona do Minho. Hoje os carenciados em médicos é Lisboa, Setúbal e Algarve. Perguntar-me-ão e porquê? Deixo-vos ao vosso livre-arbítrio e à imaginação que queiram fazer isso. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Pedro Pina, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Pedro Pina, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Senhoras e Senhores vereadores, caros colegas Deputados, público em geral. -----

----- Sendo um projeto de impacto social notório, o Anadia Maior está prestes a concluir a sua primeira missão de três anos, de envelhecimento ativo de já centena e meia de seniores Anadienses. Tendo em atenção o progressivo cuidado que urge dispensar à classe idosa da nossa comunidade, como no passado dia vinte cinco de abril referiram e muito bem, o Senhor



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal e a Senhora Presidente da Câmara Municipal e sendo público terem já havido contactos entre a entidade que monitoriza este projeto, o Município de Anadia e a entidade que o gere e organiza, a Santa Casa da Misericórdia de Anadia. O que podem dizer a esta assembleia a Senhora vereadora responsável pela área social, Jennifer Pereira, ou, eventualmente e se necessária a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Teresa Cardoso, acerca da continuidade ou não deste projeto sediado na cidade, mas já e apenas para já, ramificado por cinco das Freguesias do nosso Concelho. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Engenheira dou-lhe a palavra. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Isso vem ao encontro daquilo que eu disse no discurso do 25 de Abril. É que nós, por vezes, éramos cobaias, ensaiavam-se projetos e depois acaba-se o financiamento e acabou-se o projeto. E esse é um dos exemplos. É o Anadia Maior, aconteceu com a Mogofores, aconteceu com o Projeto Escolhas, também da Santa Casa da Misericórdia e por aí fora. Terminam os financiamentos, terminam os projetos. No caso do Programa Escolhas, se não me engano, que também já foi com a Misericórdia, terminou financiamento e nós, entretanto, foi-nos também questionado como é que poderíamos apoiar e, portanto, aquilo que fizemos foi acolher uma parte do projeto e adapta-lo à nossa realidade, que foi a criação do Projeto Ser Mais e, portanto, acolhermos esse grupo de crianças, que não conseguimos estender a todo o Concelho nem a dar a resposta como a Misericórdia fazia. Porque tinham recursos diferentes, com uma logística totalmente diferente, mas tivemos que adaptar à nossa realidade e de acordo com recursos que o Município tinha e, portanto, assim mantemos o projeto do Ser Mais que, pronto, já lá vai alguns anos, já passaram muitos, muitos jovens por este projeto e, felizmente, com o trabalho, com a dedicação, não só das nossas colaboradoras mas também de um grupo grande de voluntários que, efetivamente, também nos ajudam e ajudam também estas crianças, enfim, a terem apoio, apoio em termos estudo, apoio até moral e, enfim, e outro tipo de conforto também. E, na verdade, não conseguimos fazê-lo, por exemplo, com também outro projeto que a Misericórdia já teve, que teve a ver com a saúde mental, criaram a Sala de Snoezelen, enfim, e davam outro tipo de apoio aos idosos que, mais uma vez, terminou financiamento e, portanto, não conseguimos dar esse resposta, até porque já havia também outras instituições com um trabalho algo similar e, portanto, enfim, não nos conseguimos multiplicar. E agora o que eu lhe posso dizer é que o Anadia Maior, reunimos com a Santa Casa, com os técnicos e, portanto, é algo que está em estudo e análise e um compromisso da nossa parte de lhe darmos uma resposta e, portanto, esse é um assunto que está a ser tratado e será abordado numa próxima reunião do Executivo, para que seja, enfim, dada a resposta à Santa Casa. Nunca será o Município de Anadia a liderar esse projeto, nem foi isso que estive em cima da Mesa, portanto, será sempre a Santa Casa com o apoio da Câmara Municipal, do apoio possível e razoável para que, efetivamente, haja continuidade, se calhar ajustado porque agora não há financiamento e, portanto, ajustado com o contributo que a Câmara Municipal possa dar. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente cumprimento Vossa Excelência, bem como os demais aqui presentes e todos aqueles que acompanham esta sessão, a transmissão desta sessão. -----

----- Se me permitir, antes de avançar para as questões que tinha aqui elencadas, eu gostaria de voltar a uma questão que foi colocada aqui pelo Senhor Deputado Dino Rasga, referente aos destinos do edifício da Escola Secundária. Nomeadamente, se calhar, talvez por uma certa ingenuidade da minha parte, tentar perceber se, no fundo, este concurso, este que foi um aproveitar de uma medida para requalificar um edifício histórico, no fundo, se ao concorrerem a este fundo, estaremos, no fundo, a ser obrigados a assinar alguma norma que estabeleça que a finalidade, se existe um período, no fundo, de fidelização, digamos, para que o edifício se mantenha no fim a que agora estamos a concorrer ou se findado esse período poderá ser remetido para outra utilização? Depois perguntava-lhe relativamente às transferências de competências no âmbito da Educação, sabemos que estamos aqui a chegar a final de abril e que tem que ser apresentado o referido por lei, o referido relatório final do ano, onde o Município, no fundo, define ou tenta definir com o maior preciosismo possível o valor que afinal está a gastar e que nós tantas vezes temos, temos aqui abordado essa questão e a Senhora Presidente tem lamentado, no fundo, esta disparidade entre o valor que é atribuído e aquele valor que efetivamente é gasto. E o que eu lhe perguntava sobre esta matéria até eram duas questões, a primeira era se realmente têm vindo a ser contabilizadas todas as ações que a Câmara tem desenvolvido no âmbito destas competências, como, por exemplo, nós sabemos que os funcionários da Câmara Municipal, neste momento, têm medicina do trabalho, logo os outros, provavelmente, terão que voltar a ter os elementos adicional, por exemplo, se caso se verifique para o processamento de salários, por exemplo, ou os gastos com a manutenção, no fundo, é perceber se estes valores têm sido levados em conta e depois perceber também se esta comissão que foi criada para elaborar este relatório, se o Município tem em vista, no fundo, dar-lhe continuidade para além do período que está estabelecido por lei, porquê? Porque alguns Municípios entendem que isto é uma forma de ter alguém para prestar contas sobre aquilo que efetivamente está a ser gasto e a todo o momento poder questioná-lo sobre essa matéria. Depois perguntava-lhe também relativamente à estratégia integrada e ao plano de ação da Região de Aveiro, que foi apresentado este mês em Águeda e que consta da elegibilidade nos fundos da, no fundo, a requalificação do parque escolar, que é uma coisa que não é novidade, mas onde eles introduzem também as zonas industriais e a promoção turística, entre outras. E sobre esta matéria a coisa mais básica de lhe perguntar era se algumas das medidas que já estavam previstas e eu recorde aqui, por exemplo, a única infraestrutura que falta construir no âmbito da Carta Educativa, se vem acelerar esse processo? Por outro lado também lhe perguntava se algumas que já estavam previstas, pelo menos já foram anunciadas que queria dar procedimento, que é o caso, por exemplo, de intervenção na Escola Básica da Vilarinho do





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bairro, se com esta medida ou, no fundo, com este panorama de fundo, no fundo ir buscar algum investimento, não é? Se está a prever fazer uma alteração na sua requalificação, nomeadamente, por exemplo, uma ampliação de instalações? E é claro que não podia deixar de perguntar nesta matéria também, porque isto envolve a questão da promoção turística, que é uma matéria que tenho trazido aqui muitas vezes, pronto, se estão equacionados alguns projetos que até aqui era do desconhecimento deste plenário? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----  
----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----  
----- Muitas perguntas numa só a intervenção. Vou ver se consigo dar resposta a tudo. Ó Senhor Deputado, sobre os destinos do edifício da Escola Secundária nós fizemos uma candidatura para o alojamento de estudantes e como qualquer candidatura há sempre um tempo em que, de facto, para além da receção, entre a receção provisória e receção definitiva das empreitadas já decorre um tempo e também sobre o processo de candidatura temos que manter sempre os dossiers organizados, enfim, tudo devidamente documentado. Mal parecia que ao fim de cinco anos se dissesse, olhe já não há cá nada, claro que não está previsto nenhum timing de existência da residência, isso não está lá neste documento, mas há, no mínimo, um tempo que é necessário efetivamente manter a aquela funcionalidade adstrita, enfim, ao fim, a qual foi participada. E com algum cuidado nisso agora, de repente, lembrei-me por exemplo, já tivemos um Jardim de Infância fechado e ao fim de três anos reabriu, enfim, e até houve alguém que o pediu para comprar. O Jardim de Infância não fechou está lá, está fechado porque não tem alunos, mas ele não fechou e, portanto, olhe voltou-se outra vez a abrir o Jardim de Infância, portanto, é preciso algum cuidado, porque num ano pode não haver, no ano seguinte pode voltar a aparecer, enfim, interesse na, pronto, no funcionamento da própria infraestrutura. Mas, pronto, dizer que em termos de candidatura, obviamente, que há um tempo que temos que preservar com, pronto, com a finalidade e, portanto, não é de ânimo leve, obviamente, que se tomam estas decisões e não se perspectiva algo para o futuro e, portanto, se foi construído para aquela finalidade, obviamente, que assim deve seguir e deve procurar-se encontrar soluções para que, inclusivamente, se reforce essa mesma função. Sobre a transferência de competências, olhe dizer-lhe que a comissão que está criada é uma comissão, enfim, olhe, somos nós e o Agrupamento e mais alguém da DGESTE que nos acompanha. Nós não andamos propriamente a prestar-lhe de contas. Nós aquilo que andamos é procurar ajuda para que nos orientem sobre o modo de executar, sobre os procedimentos e sobre o esclarecimento, inclusivamente, nalgumas matérias. Quando me pergunta, neste momento, se vamos apresentar o relatório de tudo aquilo que já sabemos, eu vou-lhe dizer que não, nem sequer conseguimos, até porque nós até ao final do ano passado, nós tínhamos algumas competências, mas tínhamos também um acordo celebrado com o próprio Agrupamento, na medida em que existiam alguns contratos, nomeadamente, a parte de energia, do gás, das comunicações, que estavam, que se mantiveram, estavam ativos e,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, mantiveram-se com o Agrupamento e nós fomos fazendo a transferência de dinheiro para o próprio Agrupamento, para cobrir esses encargos e chegando ao final do ano, passaram esses contratos para nós, sendo que há faturas que vieram em janeiro, que ainda dizem respeito ao mês anterior e por aí fora e, portanto, não temos de forma alguma todo esse processo ainda fechado, sabendo nós que, por exemplo, fizemos uma transferência de um contrato em termos de energia e de gás, até pensando que tínhamos alguma vantagem, no mês passado surpreendidos porque afinal de contas isto não era nenhuma vantagem, mas se calhar também tem a ver com os consumos da própria escola. Hoje está calor mas tivemos dias muito frios e que fomos surpreendidos com as faturas de energia, ou seja, eu posso lhe dizer que pagamos quase tanto num mês quando aquilo que estava previsto no ano inteiro e, portanto, dizer-lhe que neste momento que quiséssemos, eu ainda não tenho esse levantamento todo exato, dizer assim ok estão fechadas as contas, até porque há aqui variantes, agora algo que lhe posso dizer que nós não conseguimos entender, nem eu nem os meus colegas e agora ainda pior, é que se até ao final do ano nós tínhamos uma entidade que nos fazia às transferências que era o IGEFE, e até mandava aquilo por parcelas, cinco parcelas ou seis e nós com alguma dificuldade lá fomos tentando entender a que é que dizia respeito e perguntando ao Agrupamento, que tinha mais experiência nesta matéria, perguntando à DGESTE, e enfim, lá nos iam esclarecendo. O que acontece é que chegámos ao final do ano e agora já não há IGEFE, então que é que bem? Bem um bolo, ou seja, bem um bolo e agora nós temos que perceber se efetivamente aquilo que nós estamos a gastar temos este bolo a cobrir isto tudo. Mais ainda vamos recebendo por duodécimos algumas verbas e agora isto tem sido na educação e agora vai ser na parte social. Ainda recentemente uma comunicação da DGAL e que nós não entendemos, não conseguimos, cada vez percebemos menos daquilo. Será pago um catorze avos do montante das transferências. No mês de abril no final do mês será feita a contabilização e o ajustamento de janeiro até agora. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente informo que está a consumir tempo cedido pelo MIAP. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Pronto, isto para dizer que, de facto, temos dificuldade em chegar ao final e nós sabemos quanto é que gastamos no final do mês, isso sabemos, agora perceber exatamente o que é que nos é transferido, o que é que cobre o quê, cada vez temos mais dificuldade em perceber, porque aquilo que vem é o bolo e a gente agora o bolo dá para tudo. E até dizer-lhe mais nós chegamos a ter verbas que vinham, por exemplo, do IGEFE e que eram para o Agrupamento e que a parte, nomeadamente, daquilo que era o leite escolar, das atividades de apoio à família vinham separados. Agora tudo ao bolo, tudo ao bolo, parece muito, dantes era separado e agora vem tudo no mesmo bolo, pronto, e nós agora vamos ter que andar aqui a separar, enfim, as verbas e não sei quanto tempo mais vamos ter para nós percebermos o que é que efetivamente nos está a ser pago e, nomeadamente, o diferencial das refeições que foi deliberado no ano passado e que até ao final do mês de dezembro nada foi pago e agora neste



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bolo andamos aqui a tentar perceber o que é que, o que é que lá está e o que é que isso encerra. -----

Pronto, temos muitos gastos para apurar e muita coisa para perceber dentro daquilo que nos é feito nesta transferência, relativamente ao bolo, basicamente. Sobre a estratégia do plano integrado que o Senhor diz que ouviu em Águeda também esteve em Anadia. Tivemos aqui a sessão, os Senhores foram convidados, portanto, tiveram a oportunidade de estar aqui e, portanto, ouvido de certa maneira também não é numa hora e pouco que se transmite tudo aquilo que é uma estratégia integrada e tendo em conta aquilo que o 2030 prevê para, nomeadamente, para a contratualização com a CIRA. Mais um bolo virá para a CIRA. Depois da distribuição que é feita do País pelas Regiões, das Regiões para as Comunidades Intermunicipais e das Comunidades Intermunicipais a negociar com os Municípios e este é um processo que ainda estamos aqui a digerir, nós Municípios os onze, porque de facto apresentamos muitas propostas que chegou a três ou quatro vezes mais daquilo que era o bolo para a Comunidade Intermunicipal e, portanto, agora estamos naquele momento em que temos que começar a cortar, porque o bolo é muito pequenino a distribuir pelos onze. Portanto, nesta estratégia é evidente que aquilo que se prevê é a parte da Educação, é a parte da Saúde, eventualmente as áreas de acolhimento empresarial, as requalificações urbanas, enfim, algo do turismo, mas que para os Municípios ainda é assim um bocadinho incerto, porque é mais aqueles projetos imateriais e mais trabalhado ao nível da Comunidade Intermunicipal, como foi o projeto da Grande Rota da Ria de Aveiro e por aí fora. E de maneira que não lhe posso efetivamente explicar, enfim, qual vai ser o final, porque, neste momento, estamos no ajustamento daquilo que será as nossas propostas ao nível Municipal, a negociar entre os onze, porque todos temos que cortar, porque o dinheiro, efetivamente, é muito menos e agora ainda mais quando, e isto também alguém ouviu ontem, quando, por exemplo, se também vai tudo para o bolo, mais uma vez vai tudo para o bolo. Dantes íamos ao POSEUR para concorrer, por exemplo, ao ciclo urbano da água ...-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Queira terminar Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

... e agora vai tudo para o bolo e, portanto, enfim, isto é mais complicado de explicar, de perceber e, obviamente, chegar ao resultado final que ainda não lhe posso, efetivamente, dar garantias. Como as escolas também lhe dizer que esse é outro problema que querem que se coloquem as escolas secundárias, daquele pacote que foi assinado que são as quatrocentas e tal escolas na estratégias das Comunidades Intermunicipais e, na verdade, isto é uma competência do Estado, mas como o Estado assumiu esse compromisso, eis a dificuldade. Porquê? Porque neste momento não há dinheiro, não há dinheiro para fazer aquelas escolas todas e, portanto, algo tem que ficar fora ou escolas secundárias ficam de fora e o Estado arranja forma de haver participação nos tais instrumentos financeiros e os Municípios aderem ou, enfim, isto não vai dar para tudo. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Pedro Pina e dar-lhe um bónus, porque ele esteve ausente um ano, porque já acabou o tempo todo dele, dou-lhe um minuto e meio, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Pedro Pina, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, eu queria só ainda relativamente ao tema Anadia Maior e não exigindo resposta, mas eu tinha que dizer mais duas ou três coisas, tinha que dizer que é público e assumido que havia uma deadline para que o Município e a Santa Casa resolvessem ou apresentassem uma solução para esta situação, que seria o mês de abril. Amanhã é o último dia útil deste mês de abril. A Senhora Presidente acaba de empurrar a discussão para uma próxima reunião de Câmara, certamente que eu não a apanhei de surpresa com esta interpelação e confio que, de facto, numa próxima reunião de Câmara que as coisas se aclarem e que se resolvem positivamente. Para que se resolvam positivamente também e tal como referido são cinco, para já, as Freguesias cujas Juntas assumiram protocolos com o projeto de Anadia Maior, certamente que aqui presentes os Presidentes destas Juntas de Freguesia, União de Freguesias de Arcos, Mogofores, União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Ancas, Paredes do Bairro, Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros e Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, são mais e melhor que ninguém os interlocutores de referência perante esta Assembleia Municipal, para aqui se aferir da relevância social do projeto Anadia Maior e da premência da sua continuidade. Assim o queiram fazer, eventualmente, até aqui e agora. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, caros colegas, Senhores vereadores, público em geral e pessoal que nos segue online. -----

----- Primeiro vou iniciar a minha intervenção por um comentário dizendo que muito daquilo que foi dito sobre a área da saúde limita-se, basicamente, na minha opinião a um problema principal que é, não se formam médicos suficientes para as necessidades e não se vê que tal como se quer alterar a lei, por exemplo, relativamente à intervenção das Câmaras municipais quando se decide onde é que se vai fazer o aeroporto, ainda não vi ninguém dizer que vai mudar a lei para a recuperação médicos não possa impedir, por exemplo, que Aveiro este ano já comece a formar médicos, quando nós sabemos que o processo está entregue, Aveiro possivelmente este ano vai continuar a zero na formação de médicos. Vila Real ficará zero e mesmo a Universidade Fernando Pessoa e outras privadas também estão condicionadas na possibilidade de formar médicos para daqui a quatro ou cinco anos poderem exercer as suas funções, porque pura e simplesmente e ainda ontem foi afirmado, o corporativismo é de tal modo pressionante nesta situação que, basicamente, o primeiro assunto começa por aí, nós temos de começar por algum lado e acho que o sítio principal por onde nós temos de começar é formar médicos. E não é



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque nós não tenhamos bons médicos, porque aquilo que se vê por esse mundo fora é médicos portugueses e não só, mesmo a nível da parte científica experimental, damos cartas. Relativamente agora aquilo que eu pretendia que me clarificasse é o seguinte, eu tive a possibilidade de estar durante a minha vida em sítios, em locais, tais como aquilo que vai ser edificado aqui na Escola Secundária, ou seja, eu estive em residências de estudantes por esse mundo fora, fui felizado disso e a pergunta que me surge aqui nisto é esta, quem é que vai fazer a gestão do espaço após a sua edificação, porque isso é uma coisa interessante, o primeiro sítio onde eu estive de residência de estudantes foi em Nice, na residência de estudantes de Ciências Sociais e, na altura, quem fazia a gestão era a Mairie de Nice. Posteriormente passou para a Universidade e aqui a minha dúvida é quem é a Universidade, será a Universidade que faz a gestão? Será uma gestão tripartida, porque isso é importante depois para o desenvolvimento. Mais importante do que saber qual é o período que temos ou não temos de competência para essas situações. A segunda pergunta tinha a ver com aquilo que foi ontem referido na CIRA, onde eu também estive presente, acerca dos transportes. Nós sabemos que o Concelho Municipal de Anadia assinou junto da CIRA um acordo para a utilização de transportes através de uma empresa que foi criada, independentemente da origem isso não interessa, que vai começar a exercer possivelmente no mês de junho. Ao que consta, a utilização da via de transporte entre as diversas zonas no distrito e a minha pergunta é nós assinámos também um acordo este ano para transportes aqui no Município de Anadia. Ora eu gostava de que fosse clarificado, se possível, qual é a situação que vai acontecer após o início dessas carreiras a nível distrital, até porque ontem foi referido que uma grande parte dos motoristas que iriam para essa nova empresa seriam da empresa que faz aqui no nosso Concelho os transportes e, designadamente, que a partir de setembro essa empresa seria ela a fazer os transportes dos alunos para as escolas, o que me deixou ainda mais dúvidas acerca da separação das águas, entre aquilo que é o acordo que a Câmara fez com essa e aquilo que agora se fala, aquilo que é designado como SIM, agora designado como SIM que essa Comunidade Intermunicipal vai fazer? A outra pergunta que eu tenho a fazer é eu já me apercebi que se iniciaram as obras da rotunda do Peneireiro, a minha pergunta é tão simples como isto, é só saber se a Câmara Municipal tem alguma intervenção na obra, se sabe alguma coisa ou se é a Junta Autónoma que está a proceder à mesma? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, agradecia Senhora Engenheira que fosse sintética nas suas respostas, o mais possível. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Respondendo ali ao Senhor Deputado Pedro Pina eu disse há pouco que não será o Município de Anadia a liderar este projeto, continuará a ser a Santa Casa da Misericórdia, quando muito o Município dará o seu contributo. Eu digo-lhe só que, por exemplo, nas competências sociais nós, neste momento, somos o único Município da Comunidade Intermunicipal em que temos um acordo feito com uma IPSS e o restante está a ser assumido



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo Município de forma direta. Todos os outros Municípios entregaram às IPSS. Porquê? Porque na verdade já tinham esses acordos, esse benefício de acordos do passado. Infelizmente e eu digo até infelizmente, quem tinha este acordo era a Misericórdia de Sangalhos e, na verdade, a Misericórdia de Sangalhos manteve, na sua boa-fé, durante anos e anos toda a sua disponibilidade de manter aquele acordo por um valor exíguo e que, de facto, e quando chega a este momento, o Município de Anadia acaba por ser penalizado por um valor exíguo, relativamente ao protocolo que a Misericórdia já tinha. De um ajustamento que foram feitos às verbas foi acrescentado mais uns pozitos, uns pozitos e nós mantivemos esse acordo com a Misericórdia de Sangalhos, obviamente, reforçando relativamente à prestação que eles tinham antes, efetivamente, com outro dinheiro tentamos nós gerir e dar as respostas que nos foram, enfim, agora delegadas. Logicamente que eu ainda ontem, corrigindo o meu Presidente da Comunidade Intermunicipal, disse no final da primeira reunião que tivemos do Conselho Estratégico, Presidente não se esqueça que Anadia está a assumir o restante. E disse, mas como é que é possível, pois, como é que é possível depois de tanta negociação, acabamos por estar penalizados e não temos outra alternativa senão gerir com os meios que temos. Isto para dizer que também em função desses meios, destes recursos limitados que temos, nomeadamente, na parte social que nós estamos aqui a dividir com uma IPSS e fazer o resto trabalho e, portanto, isto também não estica e para lhe dizer que um projeto como este Anadia Maior, que teve um investimento inicial entre trezentos, quatrocentos mil euros, é evidente que foi em três ou quatro anos. É pá, nós não vamos poder fazer exatamente igual nem assumir esses montantes, portanto, está fora de questão, mas felizmente também não foi isso que a Misericórdia nos propôs e, portanto, aquilo que nós dissemos vamos analisar, agora qualquer apoio e por se tratar de um apoio, obviamente, que é deliberado em reunião de Câmara e, portanto, se este assunto é importante outros assuntos também têm sido igualmente importantes e tem estado em cima da Mesa, portanto, fomos dando prioridade e o projeto, enfim, irá continuar, terminará em final de maio, junho, aliás, têm as nossas instalações pedidas para saberem do que é que podem fazer, portanto, a seu tempo iremos ainda negociar e depois, enfim, saber o que é que eles aceitam e posto isso é que irá à reunião do Executivo para podermos deliberar. -----

----- Sobre a residência, dizer ao Senhor Deputado João Gaspar é evidente que quando nos candidatamos nós temos que assumir a gestão, a gestão é nossa, para o futuro, enfim, depois de a residência estar concluída a gestão pode continuar a ser Municipal e se quem estiver aqui decidir que, enfim, até cria uma empresa Municipal ou cria outra figura ou outra parceria, tudo bem, mas é assim o Município durante algum tempo vai ter que assumir e fazer aqui, inclusivamente, umas normas para, enfim, podermos tratar da atribuição dessas mesmas residências a quem assim o solicitar. Portanto, tem que haver norma, regulamento tem que ser estabelecido e tem que ser, efetivamente, o Município a assumir essa mesma gestão. -----

----- Sobre os transportes não pode haver confusão, uma coisa é o SIM que é um contrato feito, um concurso que foi feito pelo Município de Anadia, portanto, fez uma consulta e fez um



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrato diretamente á empresa que veio concorrer, que apresentou o preço mais baixo e, portanto, esse é um contrato do Município de Anadia com uma empresa. Outra coisa são os transportes escolares, que foi isso que foi a concurso pela Comunidade Intermunicipal com um agrupamento de entidades adjudicantes, foi feito um concurso público internacional, já vos contei essas histórias todas, no final resultou esta empresa e é isso que esta empresa vai fazer. Transporte escolar dentro daqueles quilómetros, dentro daquelas paragens, dentro daquilo que foi proposto e tudo o que for para além disso, obviamente, que ainda está longe de ser negociado, porque o contrato ainda não foi visado pelo Tribunal de Contas e ainda há de ser visado pelo Tribunal de Contas. Esperemos que em setembro corra tudo bem, portanto, tudo fique a funcionar. Parece-me que, pelo menos, eles estão a preparar-se para dar melhor resposta possível, quer, enfim, com a frota, quer com os recursos humanos, quer com a parte de logística e mesmo em termos da operação. Portanto, vamos aguardar. Agora o Município quer transportes, quer alugar autocarros, neste momento, a empresa diz se calhar a partir de julho vocês também já nos podem consultar. Podemos consultar aquela empresa como outra empresa qualquer que ande no mercado, portanto, o contrato que está feito essa empresa é aquilo que se chama transportes escolares, portanto, mais nada. Está bem? -----

----- Pronto, sobre a rotunda de Aguim nós somos o promotor da obra, mas temos uma fiscalização que é da IP, mas nós enquanto promotores da obra também temos que ter fiscalização, portanto, entre a fiscalização do empreiteiro, a fiscalização da IP e a fiscalização da Câmara, pode haver muitos problemas que sejam levantados, muitas sugestões, mas alguém que decide e esse alguém que decide é as Infraestruturas de Portugal. Terminei Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor, dizer-lhe também que tem dois minutos e quarenta. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelas de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- É um esclarecimento, portanto, está fora do tempo. É para responder aqui ao desafio que foi lançado pelo Deputado Pedro Pina. Relembrar que o Anadia Maior não é de agora. O Anadia Maior nasce de um projeto que se chama Clube Sénior e que a Freguesia de Avelãs de Cima abraçou desde o primeiro dia e já que fomos desafiados a falar sobre ela, qualquer ação que promova a igualdade, a integração, o convívio, a ocupação, o divertimento, a alegria dos nossos seniores vai contar sempre com a Freguesia da Avelãs de Cima. Seja ele Anadia Maior, Clube Sénior ou what else, como diziam, não é? Por aí fora. Portanto, presumo que não é nesse âmbito que os nossos seniores estão, portanto, desapoitados. Dentro dos minutos, Senhora engenheira ontem saíram as notícias e hoje está confirmado, nos últimos setenta e oito anos, hoje Portugal atinge a temperatura mais elevada em algumas localidades. O relatório da União Europeia relativamente às alterações climáticas afirma que estamos na terceira vaga de calor do mês de abril este ano e presume-se, há alguma previsão que as vagas de calor no Verão





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possam atingir os quarenta e sete graus, nomeadamente, aqui até nesta região. Face à grande área territorial abrangida por uma ocupação florestal e temos nós como causa destas grandes vagas de calor os incêndios florestais, eu queria perguntar à Senhora Engenheira o que é que se tem trabalhado no sentido de melhorar todas as condições do planeamento e deixaria para o ponto seguinte algumas ações em conjunto também com outras Freguesias, mas gostaria de ouvir a Senhora Presidente a elucidar esta assembleia sobre esse assunto. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Tem a palavra a Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom, o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima que faz parte também da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, assim como a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas e, portanto, estiveram ainda presentes na última reunião e sabem que, efetivamente, esta é uma preocupação que temos todos os anos, está em cima da Mesa, aprovámos há dias o POM que faz parte, okay, do cumprimento dos prazos do Plano Operacional Municipal e nesse Plano Operacional Municipal já estão identificados, enfim, os recursos necessários e possíveis para que numa situação de emergência e, nomeadamente, na questão dos incêndios, possamos saber os contactos, onde é que estão e, portanto, quais os meios disponíveis. Para além, enfim, de todas as ações de divulgação que têm sido feitas, quer com a GNR quer com os nossos Bombeiros Voluntários, de sensibilização da população para a limpeza das florestas e, enfim, dos terrenos. Também nós Câmara Municipal que temos uma empresa contratada para andar a limpar as faixas de gestão de combustível, da intervenção nos caminhos florestais, que uma parte já foi feita por administração direta em Avelãs de Cima e temos um empreiteiro em Vila Nova de Monsarros e, portanto, enfim, para fazer este périplo sobretudo pelas três Freguesias, sendo que a ponte vamos tendo outro tipo de intervenções, num misto do que é a intervenção de caminhos rurais e florestais. Mas, por outro lado, é evidente que estamos a contar com todas as Associações, para que este ano e uma vez mais possam estar connosco nesta vigilância da floresta, à semelhança daquilo que temos feito todos os anos, portanto, iremos reunir em meados do próximo mês para estabelecer, enfim, as condições e aquilo que temos efetivamente disponível, os recursos disponíveis. Estamos num processo de aquisição dos veículos, de algumas motorizadas, porque, enfim, algumas já estão, já estão em fim de vida e, portanto, estamos nesse processo de aquisição para darmos essa nota, efetivamente, da reunião que havemos de ter em meados do próximo mês de maio e, portanto, fechando o acordo entre todos, a disponibilidade entre todos e os caminhos que estão definidos, com mais ajustamento, enfim, possível, obviamente que todos somos poucos para cuidar da nossa floresta e, portanto, enfim, temos que nos preparar da melhor forma possível, num sistema para já também com o sistema primário em funcionamento, portanto, o Moinho do Pisco que já está a funcionar ou irá funcionar agora a partir do dia um, tanto integrado na rede primária e, portanto, é esta articulação que é feita entre os Bombeiros Voluntários, a GNR, as Associações Florestais e todas



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as Juntas de Freguesia, porque tem que estar efetivamente todos envolvidos neste processo, portanto, para que todos possamos cuidar o melhor possível e estarmos o mais atento possível para que, enfim, tudo corra bem, à semelhança do que aconteceu no ano passado e há dois anos que felizmente tivemos tido sorte, temos tido sorte e, portanto, assim esperamos também para este ano. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra, não dou a palavra a ninguém porque houve a desistência, vi uma mão levantar não? Pronto, houve uma desistência do Senhor Deputado Rui Bastos e, portanto, chegamos ao fim deste período bem debatido do Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos entrar no **Período da Ordem do Dia** abordando o **ponto um: apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA**. Portanto, está aberta a discussão caso haja intervenientes, então vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, vou pegar num tema que foi abordado há bocado, que tem a ver com estas novas rotas que, no fundo, da rede de serviço público de transporte de passageiros, onde eu creio que os ditos transportes escolares estarão inseridos certo? Mas a pergunta não é nesse sentido é apenas para perceber se, eu já cá coloquei esta questão, mas nunca é demais insistir, se o Município irá beneficiar, no fundo, com o melhoramento de rotas, como é referido na vossa informação, e de paragens? Só esta. E depois perguntar-lhe uma questão interessante, pelo menos do meu ponto de vista, falam aqui na elaboração de um projeto de propostas e de normas para alienação dos lotes de zona industriais e muito bem. E neste mesmo texto, nesta mesma página também se fala na elaboração do regulamento do arrendamento apoiado para habitação do Município de Anadia e muito bem. O que eu não vejo aqui, se calhar já vai tarde, tem a ver com os outros lotes que foram alienados, inclusive acho que agora está uma nova hasta de quatro lotes, penso eu, é uma norma referente à sua ao destino, prazos de construção, no fundo, porque acho que o Município até fez aqui um esforço em dotar o disponibilizar aos munícipes alguns lotes, no fundo, até numa ótica de cativar jovens para o nosso Concelho e o que é certo é que alguns lotes, pelo menos foi a informação que eu tive, foram adquiridos por uma empresa. Existe algum compromisso dessa mesma empresa de ao fim de algum tempo ter que construir ou será mais uns lotes à imagem do que aconteceu, infelizmente, com situações como Vilarinho, já no âmbito da área das zonas industriais e que estiveram aqui ad aeternum para serem destinadas para o fim que foram criados inicialmente? Era só obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer responder Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Mais uma vez dizer que, efetivamente, o contrato que nós temos com os transportes, tem



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ver com os transportes escolares. Se vão haver alteração de rotas? Não vão haver alteração de rotas em relação àquilo que foi este ano, portanto, serão essas rotas, as paragens que existem são aquelas que cujo levantamento foi feito e foi transmitido à própria empresa e, portanto, enfim, vamos esperar que a empresa comece a trabalhar, que se perceba, efetivamente, se há possibilidade de integrar mais paragens ou não. E essa avaliação também será feita em conjunto. Tudo o que seja ir para além daquilo que está, e que foi adjudicado, no caderno de encargos será um bocadinho difícil, a não ser que haja este ajustamento em termos de não fazendo este percurso pode ser feito aquele, ou seja, o tal ajustamento de rotas desde que não haja um aumento de despesa face àquilo que foi contratualizado e recorde que foi concurso público e teve ou terá o visto do Tribunal de Contas. Também dizer-lhe que mesmo a questão dos passes vai mudar, os passes já não vão ser na escola, portanto, vão ser tirados os passes em outros locais, que ainda está a ser fechado também esse processo e, portanto, há aqui situações que vão mudar, porque temos, efetivamente, muitos meninos que tiram o passe e nos parece que os autocarros não chegam e se, de facto, temos um outro autocarro que anda a abarrotado, para temos outros autocarros que, pura e simplesmente, não trazem praticamente alunos nenhuns, no entanto há passes tirados. E, portanto, tudo isto conta para a despesa e para aquilo que foi contratualizado com a empresa e, portanto, isso é preciso realmente agora ir para o terreno e perceber como é que as coisas vão funcionar e depois também é isto, num ano há muitos miúdos num lugar e no outro ano há menos, portanto, e de um ano para o outro as coisas podem ir variando, mas pronto, vamos começar e depois logo se vê. Sobretudo que haja, pelo menos, cumprimento daquilo que saiu deste ano e pelo menos cumprimento dos horários, já será muito bom começarmos o ano letivo dessa forma. -----

----- Sobre o loteamento de Ancas o que eu lhe posso dizer, de facto, nós tivemos aqui algum atraso no início de algumas obras e percebeu-se com a questão do covid não foi nada fácil. Tivemos efetivamente pessoas que adquiriram os lotes e que nos foram comunicando isso mesmo, pela falta de contratualização com empresas, com empreiteiros, portanto, falta de mão de obra, que possam efetivamente responder atempadamente àquilo que é o desejo de cada um, portanto, no investimento a realizar. Daquilo que temos neste momento presente, efetivamente, espero que se possam entender todos porque eu acho que a bagunça, entre aspas, está prestes a começar, porque, na verdade, neste momento, temos aqui vários contactos feitos e com a disponibilidade, efetivamente, de, quer em nome individual quer da parte dos empreiteiros, comecem as obras e, portanto, penso que dentro de pouco tempo vamos ter aquilo a mexer a sério. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia.

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e nas vossas pessoas saúdo todas as pessoas direta ou indiretamente intervenientes nesta assembleia. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhora Presidente da Câmara eu pretendia ser esclarecido relativamente à requalificação efetuada no Posto Territorial da GNR, sobre o feedback que o Senhor Ministro da Administração Interna e as outras entidades militares presentes aquando da recente inauguração do requalificado Posto, lhe prestaram sobre as condições operacionais em que o mesmo agora se encontra. Solicitava também um esclarecimento sobre o que foi feito acerca da ampliação do Centro de Recolha Animal, que algumas notícias vieram na comunicação social e as perspetivas futuras para o mesmo. E finalizo, pretendendo saber quais as repercussões que as nossas empresas, eventualmente, já lhe transmitiram sobre como decorreu este ano a presença do nosso Município na Bolsa de Turismo de Lisboa e quais as impressões do Executivo sobre a mesma. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É um gosto de falar para mim da requalificação do Posto da GNR, por foi daqueles processos que correram bem. Correram bem na medida em que, nesta situação em concreto, o Ministério honrou os compromissos tal como assumiu e, portanto, indo até um bocadinho mais além daquilo que estava inicialmente, mas com ajustamentos os tais ajustamentos que foram pedidos no decorrer da obra, que só foram possíveis porque efetivamente alguém garantiu o respetivo financiamento e, portanto, a obra chegou ao fim, não fomos ainda ressarcidos na totalidade, há ainda um valor que ainda está por ser pago, no que diz respeito, nomeadamente, à revisão de preços, mas o resto foram honrados esses mesmos compromissos. Da parte do Senhor Ministro ficou agradado com o investimento, fazendo essa mesma referência, portanto, que tivemos sorte efetivamente no tempo em que a obra foi feita e face ao custo da obra surpreendido pela qualidade dos acabamentos e daquilo que tinha sido feito com o valor de investimento, portanto, que foi aprovado. E na verdade da parte da GNR não temos, efetivamente, qualquer feedback de descontentamento pelas instalações. Estão um bocadinho mais apertados em relação ao imenso espaço que tinham lá em cima na Escola Secundária, mas pronto, tiveram que se ajustar e, portanto, tem igualmente ou melhores condições de conforto que tinham lá em cima na Escola Secundária, porque, de facto, o edifício, enfim, é amplo mas tem um problema que é um bocadinho mais frio de Inverno e, por outro lado, também um bocadinho mais quente de Verão e, portanto, nesse sentido também para nós olhe foi um alívio eles terem mudado, como será um alívio quando a própria saúde também mudar para as instalações, porque, neste momento, enquanto estiveram, portanto, lá em cima na Escola Secundária quem assumiu todos os encargos, todos os custos, desde as obras que foram feitas aos encargos, portanto, referentes à eletricidade, água, etc, foi o Município, portanto, o mesmo está a acontecer com a saúde. Eu em brincadeira costumo dizer mas vocês ainda querem que a gente aceite mais competências, nós já estamos a assumir sem ter assinado o papel, porque, no fundo, estamos a fazer obras e, portanto, estamos a assumir, enfim, alguns encargos e, portanto, nesse sentido foi bom terminou bem e foi um grande alívio a mudança das instalações



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e, portanto, neste momento tudo tranquilo. Esperamos ter para além da obra que foi requalificada e no local, enfim, também na própria Avenida que foi também objeto de requalificação, obviamente que temos pelo menos um edifício requalificado e esperamos para muitos anos e, portanto, com garantias para que o Destacamento Territorial, portanto, se mantenha com a sede em Anadia. -----

----- Sobre a ampliação do Centro de Recolha de Animais, olhe é mais um investimento que vem resolver os problemas dos animais do Concelho, não vem, não vai porque, enfim, nem que aquilo tenha dez ou vinte pisos e fosse construído um edifício, nunca chegava para recolher os animais todos e, portanto, mas efetivamente temos que ter aqui alguma respostas e eu sei que, por vezes, as pessoas não entendem quando fazem, enfim, determinadas exposições. Mas, na verdade, nós também temos que seguir regras e quando as nossas veterinárias, enfim, também defendem que há condições para a recolha há, mas o animal também tem que ser recolhido em determinadas condições, portanto, também tem que haver o conforto animal, enfim, outras questões e, portanto, não pode haver mais do que X animais numa boxe, porque senão depois e, enfim, eles têm feitios diferentes e dão-se mal, enfim, há aqui muito requisitos que é necessário cumprir e, portanto, não podemos ter as boxes muito preenchidas e, portanto, há aqui regras, não é? E, portanto, criamos mais alguns espaços para ir dando respostas a alguns que estão, efetivamente, abandonados e quando digo abandonados é quando não têm chip, em que quer a GNR quer os nossos Bombeiros, os nossos serviços, portanto, que têm os aparelhos para identificar se há chip ou não há chip, quando onde há chip têm que se fazer a identificação do dono e tem que ser reencaminhado e levantado o auto de contraordenação, como já aconteceu. Quando não têm chip, enfim, aí a situação é um bocadinho mais complicada, como também é complicado, por vezes, apanhar animais, porque, enfim, nós colocamos jaulas a determinadas horas e depois há outras pessoas que vão lá e abrem as jaulas e uns metem comida e os outros tiram a comida e, enfim, temos que conviver com estes problemas todos. Mas pronto, o que é importante também e em complemento e aproveitamento para dizer isto, é que, uma vez mais, renovámos a campanha de esterilização que é essencial para que, de facto, se limite um bocadinho a reprodução e, portanto, a campanha terminará no final deste mês de abril e, portanto, enfim, e teremos com certeza que repetir mais vezes estas campanhas, porque, na verdade, não é possível criar espaço para recolher tanto animal e dar-lhes o conforto conforme também é exigido. -----

----- Sobre a Bolsa de Turismo de Lisboa, vive-se aquele momento e, de facto, aqueles dias que são impactantes sempre e esta presença é sempre muito importante não só para o Município de Anadia, como para todos aqueles que, de facto, querem dar visibilidade, querem dar destaque, querem apresentar aquilo que de melhor têm, como é o caso de Anadia e, portanto, nesse sentido quer a parte de hotelaria, quer a parte dos produtores, nomeadamente estes, ficam sempre agradados, efetivamente, com a oportunidade de estarem presentes e de terem, pelo menos, a representação institucional do Município na BTL, porque, de facto, quando fazem a divulgação dos seus produtos, têm ali para além de terem o seu espaço e o seu balcão, alguns



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deles estão no nosso espaço e estão num outro espaço deles próprios, nomeadamente, o caso das Termas de Portugal, na parte dos hotéis, mas, de facto, ficam honrados por terem essa oportunidade. E todos aqueles também que trabalham noutras áreas, como foi o caso daqueles jovens que todos os anos têm estado connosco, na questão das bicicletas de bambu que, enfim, conseguem sempre angariar outros clientes e, portanto, tem ali uma outra oportunidade, como outras empresas também que se dão a conhecer e, portanto, não tendo outras formas de o fazer, ali é uma porta que eles têm aberta, portanto, e ficam gratos por isso mesmo. Para além disso dizer-vos que este ano também a BTL nos permitiu fazer a divulgação daquilo que foi o grande evento que aconteceu poucos dias depois, que foi o Millésime e que, na verdade, trouxe também a esse grande evento muitas pessoas que passaram pela BTL e que passando pelo nosso balcão acabaram também por ter conhecimento deste evento que aconteceu na Curia, portanto, foi também muito prestigiante ouvir, de facto, da parte das pessoas que não fosse terem passado, se calhar, pelo nosso balcão não teriam oportunidade, enfim, de despertarem para virem até à Curia, portanto, não só virem a este evento, mas aproveitarem para conhecer um bocadinho a região e, enfim, aquilo que temos para oferecer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Pegar aqui em dois temas que foram abordados, nomeadamente a questão da requalificação dos caminhos florestais, importantíssimo, como disse e muito bem, de uma forma preventiva para que não volte a acontecer outras tragédias de outros anos e pegar também na questão do turismo, porque é uma área que, eventualmente, temos vindo aqui a trazer com frequência. A primeira questão tem a ver com o facto de a Senhora Presidente refere na informação que estão-se a desenrolar, no fundo, ações de requalificação dos caminhos florestais nas diversas Freguesias do Concelho de Anadia e a questão que lhe perguntava é se este ano, ao contrário do que tem acontecido em muitos dos anos desde dois mil e dezasseis, porque só em dezassete e vinte e um é que tivemos aqui um valor executado muito superior àquele que foi previsto. De resto, por exemplo, em dois mil e vinte até foi a execução é zero, pelo menos do que conta do documento, perguntava-lhe se tem ideia de este ano, no fundo, enveredar um bocadinho por outra posição e ter uma ação mais musculada nesta matéria, até porque o calor já se sente um bocadito. Sobre a questão do turismo, todos os eventos que possam vir para o Concelho de Anadia e que venham, no fundo, promover a nossa zona serão sempre bem-vindos, mas há algo que eu efetivamente não percebo e tenho que trazer a esta assembleia. Sistemáticamente ao longo dos anos, isto desde dois mil e dezassete, digamos, a promoção e divulgação e a valorização e promoção de recursos endógenos e turísticos, normalmente aparece sempre com um valor que fica muito aquém daquilo que estava previsto. A questão mais simples para lhe colocar é, com que base, no fundo, é que é definida esta previsão porque, no fundo, depois isto há aqui uma décalage muito



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande e creio que isto até venha a penalizar, no fundo, a ideia estratégica que está definida até num documento operacionalizador para uma área tão importante como o turismo. Obrigado. ---

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu diria já antecipando um bocadinho àquilo que é o documento que vai estar em discussão a seguir. É algo que os Senhores Deputados não conseguem fazer a leitura é daquilo que é feito por administração direta. Porque na verdade nós temos umas GOP e as GOP está lá descrito um determinado valor e, por norma, são aqueles valores que são contratualizados, mas, na verdade, como ainda há pouco que dizia, por exemplo, o D seis tem andado, o nosso D seis tem andado em Avelãs de Cima, o nosso por administração direta e, na verdade, vocês não veem esse trabalho contabilizado na rubrica das GOP que diz caminhos florestais. E tudo isso tem um custo, tem um custo de manutenção da máquina, tem um custo do operador, tem o custo dos combustíveis e por aí fora e, portanto, isso acabam por não conseguir ver essa intervenção por administração direta nos caminhos florestais, como diria até nos rurais, por exemplo, pronto, de maneira geral, tudo o que é administração direta não é possível fazer essa leitura e essa contabilização em termos de custo daquilo que está efetivamente descrito nas GOP. Dizer que o que está adjudicado em termos caminhos florestais era aquilo que estava em previsão em termos de orçamento, foi feito um contrato, portanto, há um contrato feito, eu não posso precisar agora do montante, mas já é elevado. E dizer-lhe que, obviamente, que haverá todas as condições no cumprimento, desde que o tempo também o permita, como, por exemplo, ainda há dias nós estávamos, eu estava até numa reunião com operadores florestais em que me estavam efetivamente a manifestar, enfim, algumas preocupações e também fazendo um pedido para fazermos também esse apelo e essa sensibilização ao ICNF e ao Ministério, nomeadamente à Secretaria Geral das Florestas, porque eles têm, enfim, tem estas dificuldades. No Inverno não vale a pena nós irmos trabalhar e agora falo só nos caminhos florestais. No Inverno não vale a pena irmos reparar caminhos florestais porquê? Porque os operadores estragam os caminhos florestais todos, portanto, reparamos hoje e amanhã estão estragados. Depois no Verão temos um problema, é que daqui a dias começa o período crítico e com a limitação dos horários em período crítico é uma chatice, portanto, eles de noite não conseguem muito bem ver o que é que andam a fazer, podem começar de madrugada, mas se for preciso às onze têm que parar. E ainda mais uma exigência é que têm que tirar as máquinas da floresta. Pronto, isto acontece com os nossos empreiteiros e acontece com os operadores florestais, o que é um bocadinho ridículo porque ninguém anda com umas máquinas de rasto e com uma giratória às costas e agora vou-me embora às onze e volto cá outra vez às quatro, cinco, ou seis da tarde que já está mais fresco e, portanto, este é um problema que efetivamente e uma dificuldade que temos de operacionalizar no terreno e, pronto, e fazer a compatibilização com estes horários e com estas exigências que agora se colocam. Quando diria eu que se calhar e fazíamos há dias esta análise, se calhar, até quantas vezes isso já não





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aconteceu, a importância de termos máquinas de rastos na floresta. Também já tivemos uma situação que tivemos, enfim, uma emergência e tivemos que a ir buscar com bastante custo, mas se a tivermos lá, enfim, olhe, são menos umas que temos que deslocar de fora do Concelho para dentro do Concelho para acudir ou pelo menos estão ali à mão e mais facilmente as conseguimos deslocar. Portanto, são estes extremismos da lei que limita um bocadinho também, por vezes, a operacionalização e já agora dizer também que esta intervenção nos caminhos florestais, obviamente, que vem ajudar e contribuir um bocadinho, moralizar, nomeadamente, os operadores florestais, nomeadamente com a questão do regulamento que estamos, enfim, a operacionalizar no sentido de impor algumas regras e moralizar, enfim, a intervenção dos operadores florestais que nós, enfim, gostamos, temos uma riqueza imensa em termos da nossa floresta, mas temos que nos respeitar uns aos outros e, portanto, eles próprios operadores florestais podem dar um efetivo contributo e dar-mos todos bem, portanto, nestas ações, quer da parte deles, em termos de limpeza ou de comercialização da matéria-prima, mas, pelo menos, que respeitem tudo aquilo que, de facto, é feito pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal. Sobre isto respondendo à ação musculada, portanto, vamos ver até onde podemos ir, mas temos um contrato, está assinado de muitos quilómetros para fazer em termos de limpeza, reperfilamento, fazer aquedutos e por aí fora. -----

----- Em termos dos recursos endógenos, contabilizado ou indicado a sua dotação em termos do orçamento, também aqui, por vezes, acontece também um bocadinho esta não utilização das verbas nesta dotação mas por outras, mas também a necessidade de termos estas dotações, porquê? Porque efetivamente nós também temos alguns desafios ao longo do ano, para termos algumas ações e algumas iniciativas que carecem de inscrição para nos podermos candidatar e, portanto, esta é uma necessidade que nós temos e que, enfim, nem sempre corre bem quando efetivamente não conseguimos garantir essas candidaturas, pelo menos atempadamente, como seria o nosso desejo, mas, enfim, faz parte, nesta e noutras rubricas todas que temos e que, se calhar, daqui a pouco iremos falar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, queria no âmbito de, portanto, deste relatório feito, em meu nome e em nome também do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, o colega Nuno Santos, e da Moita, Manuel Neves, fazer um esclarecimento adicional relativamente, portanto, a esta questão que está aqui no relatório sobre a implementação do programa aldeia segura e pessoas seguras nas Freguesias de risco. Tem sido acompanhado pelo Comandante da Proteção Civil Municipal e igualmente pelo Centro de investigação da Universidade de Coimbra, pelo Professor Xavier Viegas, que presumo que dispensa qualquer apresentação, através do membro da equipa, Andreia Rodrigues, que resolveu, portanto, visitar



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estas três Freguesias e começar a fazer este trabalho no terreno, Juntamente com os Presidentes de Junta, aos quais nós nos disponibilizados de imediato, porque é isto que efetivamente nos interessa em termos do programa, fica aqui, logicamente, o agradecimento ao Município, ao Centro de Investigação da Universidade de Coimbra e na pessoa da Andreia Rodrigues, a investigadora e do nosso Comandante do Bruno Almeida. Eu já agora também aproveitava para, não é costume mas quando as coisas são bem feitas e feitas com disponibilidade e capacidade, eu queria fazer aqui um e felicitar a equipa dos sapadores, entre aspas, florestais do Município pelo trabalho que tem realizado na regularização, na manutenção e na limpeza, nas nossas estradas, nomeadamente, nas estradas regionais das nossas Freguesias. Efetivamente a equipa é pequena, mas não posso deixar de neste momento de felicitar essa equipa, porque dá gosto ver a forma como o trabalho é finalizado e como é realizado e, portanto, devo este agradecimento, porque efetivamente é um trabalho muito bem feito. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PSD:** -----

----- No seguimento de todas as coisas que têm sido feitas, nós já falámos aqui sobre isso, eu vou voltar novamente a referenciar uma coisa que me diz diretamente respeito, porque é na minha rua que se passa. Aquando da obra na Rua de Trás e nós já falámos aqui sobre isso e a Senhor Presidente disse na altura que teria que ser a Câmara a delimitar os passeios pintando-os, porque, entretanto, já teria acabado a empreitada e se não teria sido feito. O que é verdade é que, desde essa altura até agora, nós continuamos a observar a mesma situação, portanto, enquanto há vagas de estacionamento para ocupar, a maior parte dos carros estão a estacionar em cima dos passeios e como a GNR não costuma passar lá muitas vezes, não consegue autuar ninguém e em alguns lados até se percebe porque, pronto, há lá também algum sítio de trabalho e, logicamente, nós portugueses temos o hábito que se pudesse-mos levar o carro para a cama ou ir às compras com ele dentro do supermercado, nós levávamos, não é? Portanto, ali é quase a situação, embora haja lugares para estacionamento vinte metros abaixo ou cinco metros abaixo, é preferível deixar em cima do passeio e então muitas vezes nós vemos na contingência de ao sair de casa e porque a saída se proporciona ser numa curva, não ter a mínima visibilidade para o lado e aquilo é uma via sentido único, não se consegue visualizar a parte superior e muitas vezes somos surpreendidos por um carro que vem com alguma velocidade e nos passa uma tangente, quando nós para conseguimos ver temos que estar praticamente a ocupar a faixa de rodagem. E como na altura a Senhor Presidente disse que tinha que ser a Câmara, eu estou só a avivar a memória, não mais que isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelo reparo, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes. --

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das**



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP: --**

----- Muito boa tarde a todos. Senhora Presidente tanto a Câmara como a Junta de Freguesia temos substituído as Estradas Portugal, principalmente aqui no troço da Malaposta, na limpeza e tentativa de tapar alguns buracos. Neste momento a estrada atingiu uma proporção de estragos que até os próprios camiões, durante a noite, nós temos queixas dos moradores que não conseguem dormir com o barulho que eles fazem com a trepidação. Sabe-nos dizer para quando uma intervenção da Estradas de Portugal, porque não vale a pena nós andarmos a remendar porque de uma intervenção a fundo. Obrigado. -----

**----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----**

----- Muito obrigado Senhor Deputado e Presidente de Junta e constato que não adianta andar a tapar buracos. Senhora Presidente quer comentar? -----

**----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----**

----- Só dizer ali ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, Presidente da Junta, que agradeço obviamente recordar este projeto de aldeia segura, que é sobretudo importante pela sensibilização e pela envolvência das populações, mas, acima de tudo, nós temos que ter os meios para atuar, mas não deixa de ser importante esta sensibilização, como é importante também a vigilância e a segurança que transmitimos às populações, nomeadamente dos lugares que estão mais isolados, mas que, pelo menos, sentem que há alguém próximo. E no caso da aldeia segura pelo menos as pessoas estarem mais informadas e mais preparadas na forma como podem atuar e, portanto, esperamos poder desenvolver ainda um bocadinho mais este projeto. -----

----- Sobre a equipa da limpeza os nossos sapadores, como eu costumo dizer, gostava de ter mais três equipas daquelas, mas, na verdade, hoje é difícil encontrar, recrutar pessoas, quanto mais pessoas com qualidade para fazer determinados serviços e eu quando digo qualidade é quando as pessoas efetivamente sabem o que é que estão a fazer e fazem bem. E, portanto, tenho muita pena que tenhamos tido no ano passado uma candidatura para sapadores florestais, através do ICNF, em que apenas fomos o chapéu dessa candidatura, porque em termos de serviço prestado ao Município de Anadia foi zero e como sabem vocês estiveram na reunião e sabem bem o que é que eu disse há dias à técnica, inclusivamente o veículo que foi adquirido e que está aí parado à espera da tal equipa dos sapadores florestais. -----

----- Deputado João Gaspar, relativamente à sua rua, pelo menos alguma coisa já fizemos, já pusemos as tampinhas naqueles prumos. Sobre a questão do tapete o Senhor hoje não falou, mas chamámos o empreiteiro, obviamente, que assumiu que não estava bem e que iria fazer a correção. Sobre a questão das pinturas andamos aqui a pedir orçamentos e a negociar, porque estão esses passeios e mais outras restantes ciclovias que necessitam de intervenção e, portanto, estamos aqui a tentar encontrar ou pelo menos perceber os melhores preços para a qualidade, efetivamente, que é necessária fazer. Mas também lhe dizer que, efetivamente, a Rua dos Olivais como algumas ruas, nós temos algumas dessas delicadezas até no Executivo, porque há determinados processos que são aprovados em termos de licenciamento e que estão



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em núcleo antigo em que, inclusivamente, nos é pedido para podermos dispensar do estacionamento público. E, na verdade, nós assim temos vindo a conceder, porque senão o permitíssemos, obviamente, que não havia requalificação nenhuma e as pessoas não fariam qualquer intervenção e iriam abandonar ainda mais determinados lugares. Portanto, nesse sentido é uma questão também de bom senso e se há faixa de estacionamento, em primeiro lugar que se ocupe a faixa de estacionamento. Mas também é verdade que aqueles passeios não tendo mecos por ali abaixo e da forma como estão construídos, também permitem, efetivamente, tem essa dupla função de passeio e de estacionamento. Mas atenção que nós tivemos delegação de competências naquilo que é o estacionamento público, temos andado um bocadinho, enfim, com este processo um bocadinho adiado, mas neste momento ele está fechado e, portanto, é natural que as nossas forças de segurança, que agora já estão mais bem instaladas, têm outras ferramentas, daqui a dias comecem mesmo a atuar e, portanto, as multas acabam então por vir para a Câmara Municipal ou entrarem diretamente na plataforma e, pronto, e nós lá teremos que as tratar, rececionar, aliás, que fizemos uma contratualização de serviços com os CTT que, no fundo, nos irão colaborar no tratamento desses processos das ditas contraordenações em termos do estacionamento público, portanto, deixo esse alerta porque é provável que as forças de segurança agora tenham, enfim, aqui outras condições para começarem a atuar, sabendo eles que até agora não conseguiam receber, passavam a multa, mas não tinham forma de receber e agora as coisas podem começar a complicar-se. -----

----- Sobre o Senhor Presidente da Junta, sobre a Estradas de Portugal. Olhe tivemos sorte este ano Senhor Presidente da Junta é que, por norma, antes do final do mês de maio o Município e a Junta de Freguesia costumam fazer a limpeza no nosso território. Este ano tivemos sorte vieram um bocadinho mais cedo e antes os nossos peregrinos começarem a circular na estrada nacional, portanto, eles já fizeram pelo menos uma limpeza, não tão bem como os nossos sapadores, não tenham dúvidas, não é? Mas, pronto, já fizeram pelo menos alguma coisa. Sobre a reposição do betuminoso, olhe isto é caricato pareceu-me que vivemos em dois países, um a norte e outro a sul. Depois das muitas e muitas comunicações que temos feito às Infraestruturas de Portugal, aliás, o Senhor Deputado ainda ontem fez também uma referência na Assembleia Intermunicipal, o Deputado Fernando Barbosa, recebemos uma comunicação das Infraestruturas de Portugal, mas vinda dos nossos stakeholders que estão lá em baixo em Lisboa, pena não ter aqui o ofício que dizia algo como, por exemplo, as estradas são classificadas em diversos níveis e, portanto, a Estrada Nacional número um está classificado no nível três, portanto, em estado razoável, pelo que não se prevê no imediato qualquer intervenção. Eu tinha isto escrito e registado está bem. Mas pronto, felizmente que, entretanto também temos, apesar de ser o mesmo organismo público, mas está mais a norte, com quem também dialogamos e que é responsável pela conservação, entende que, efetivamente, o nosso Município está mal e temos efetivamente, urge fazer a intervenção e, portanto, sabendo nós que eles têm inclusivamente essa contratualização com uma empresa que não está muito longe daqui do Município, portanto, é só transferir as intervenções que tem de fazer, portanto, no



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município de Anadia. Tenho a certeza absoluta que não vão fazer a repavimentação da nacional, mas se fizerem pelo menos os cortes e as fresagens e repuserem o pavimento, encantados da vida, e nova pintura. Isso já é muito bom no tempo em que vivemos, em que não há dinheiro para fazer tudo, isso nós também temos essa noção, mas isto agora respondendo aquilo que temos neste momento informação é que isso está adjudicado e provavelmente antes do final do mês de maio começará a intervenção aqui no Concelho de Anadia, nomeadamente neste troço que está pior entre a Curia, nomeadamente entre Curia e Malaposta e, portanto, e espero também que alguma coisa em Avelãs de Caminho, portanto, mas está a cargo deles. Esta foi a resposta que nos foi dado, pelo mesmo organismo mas que está mais a Norte e é dessas pessoas que eu gosto é que põem a mão na massa, como se costuma dizer e vamos lá tratar do assunto, portanto, menos conversa e mais ação que é aquilo que é efetivamente necessário, portanto, dar também essa nota que durante o próximo mês de maio, se o pregador no mentir, portanto, iniciarão alguma reposição, aliás, isto parece tão mau, tão mau, que se os Senhores repararem ali no cruzamento da Malaposta, Famalicão, aquilo estava lá uma depressão enorme, mas eles foram lá meter um tapetezinho e nós pensámos, querem lá ver que nos estão a enganar outra vez, vieram aqui de repente só tapar este buraquito e já não voltam cá. Mas não, eles entenderam que aquilo estava mesmo mal, não fomos nós, foram eles que por administração direta foram fazer aquela regularização que está lá feita, pronto, até que haja a dita outra intervenção, portanto, e que há de ficar melhor do que o que está. Sem dúvida alguma. Assim esperamos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Presidente de Junta Lúcia de Jesus, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Então muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, restantes membros da Mesa. -----

----- Já não preciso da resposta, portanto, a minha intervenção era exatamente relativamente também à Estradas de Portugal, porque Avelãs de Caminho e ainda bem que referiu, também há uma zona que está na mesma situação, portanto, foi resultante de uma abertura, portanto, de um de um corte na estrada pela empresa Bragalux, que na altura foram repor por duas ou três vezes a situação, porque nunca ficou em condições e agora no sentido sul-norte, aquilo está mesmo com uma pressão bastante acentuada, em que os camiões quando passam e que não estejam atentos aquela situação, a carga só não sai disparada pelo camião, porque supostamente, supostamente irá bem segura, portanto, era essa a minha intervenção. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada e Presidente de Junta, portanto, não havendo mais nenhuma intervenção, eu passaria ao período, ao período não, ao **ponto dois do Período da**



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Ordem do Dia**, que tem a seguinte redação: **Apresentação, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de dois mil e vinte e dois, bem como a apreciação da certificação legal das contas de dois mil e vinte e dois, conforme o preceituado na Lei 73/2013 e que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e do património do Município de Anadia.** Portanto, está aberta, está aberta a discussão, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor. Só agora vou dizer Tavares porque não estava o micro em condições ainda, faz favor. ----

----- **Senhor Deputado Municipal Victor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, boa tarde Senhora Presidente da Câmara, permitam-me que em nome de vossas excelências cumprimente todas as pessoas presentes e as que nos acompanham nas redes sociais. -----

----- O exercício de dois mil e vinte e dois foi atípico. Senão vejamos. Saídos de uma pandemia pensava-se que tudo voltaria à normalidade. O que é certo é que isso não aconteceu devido à guerra na Ucrânia, a qual veio criar dificuldades económicas e financeiras muito difíceis para toda a sociedade. A crise energética, a falta de bens alimentares, o aumento dos fatores de produção, fizeram com que a inflação disparasse. O Banco Central Europeu para tentar controlar a inflação, aumentou as taxas de juro, mas sem resultados práticos, criando ainda mais dificuldades às famílias, empresas e também aos Municípios. Aliás, aliado ao referido, registou-se também a descentralização da área da educação, com a assunção de despesas sem o devido financiamento do Estado. Tratou-se também do fim de um ciclo de fundos comunitários e o início do Plano de Recuperação e Resiliência. Em suma, tratou-se de um ano muito difícil que exigiu do Executivo muito empenho, rigor e capacidade de resposta perante as circunstâncias. Mesmo perante esta conjuntura, registou uma taxa de execução financeira das GOP que é de realçar. Em dois mil e vinte e um, oitenta e quatro ponto dois por cento, em dois mil e vinte e dois, oitenta e seis vírgula um por cento, mais cerca de um vírgula nove de que um do que no ano transato, realçando-se aqui as funções sociais em seis vírgula sete milhões de euros e as económicas com mais um vírgula sete milhões de euros. Em termos de orçamento, há que realçar a taxa de execução. Relativamente à receita em dois mil e vinte e um, noventa e seis por cento, em dois mil e vinte e dois noventa e um vírgula seis por cento. Apesar da percentagem diminuir em termos de valor, é o maior dos últimos anos, registando o montante de vinte e oito ponto cinco milhões de euros, cerca de mais um vírgula nove milhões de euros que no ano dois mil e vinte e um. Em termos da despesa, em dois mil e vinte e um, oitenta e sete por cento, no valor de cerca de vinte e três ponto dois milhões de euros, em dois mil e vinte e dois noventa e um por cento, cerca de vinte cinco ponto seis milhões de euros, mais dois vírgula cinco milhões de euros que em dois mil e vinte e um, evidenciando assim conhecimento e rigor na elaboração do orçamento. Também é de realçar o saldo de gerência que transita para dois mil e vinte e dois, no valor de um vírgula zero cinco milhões de euros, dos quais cerca de meio milhão diz respeito ao saldo das operações orçamentadas. Também a receita total aumentou cerca de dois vírgula quatro por cento, mais seiscentos e três mil euros do que em



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois mil e vinte e um, totalizando vinte seis vírgula um milhões de euros. A receita corrente cobrada foi maior em cem mil euros, mais zero ponto quarenta e cinco por cento face à receita prevista corrigida. A variação da rubrica de passivos financeiros é de zero em dois mil e vinte e dois, pois não houve recurso a qualquer verba referente a empréstimos contraídos. Mais, o Município reduziu o seu endividamento bancário em cerca de quinhentos e quarenta e cinco mil euros, tendo recorrido a fundos próprios e a subsídios ao investimento. Nas receitas próprias, há que salientar o seguinte, apesar dos impostos e taxas estarem embora os mínimos, a receita tem aumentado. A receita cobrada em impostos diretos aumentou cerca de seis vírgula nove por cento. O total de impostos e taxas cobradas cerca de dez ponto três por cento, relativamente ao ano de dois mil e vinte e um. Sendo um bom indicador de que a economia do Concelho está a funcionar. Em termos económico e financeiros realça-se o seguinte, a estrutura do ativo total diminui cerca de um ponto quarenta e sete por cento, derivado da diminuição do ativo intangível das outras contas a receber e da rubrica de disponibilidades. No entanto o ativo tangível representa cerca de noventa e cinco ponto seis por cento do ativo total. Aumenta de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, o valor líquido de zero vírgula quarenta e oito por cento, sinal que os investimentos foram superiores às depreciações. Em termos de passivo, realçar que o passivo total diminui de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, cerca de vinte e oito ponto sete por cento, menos dois ponto seis milhões de euros. O passivo a médio e longo prazo diminui cerca de cinquenta e sete ponto três por cento, da diminuição dos empréstimos obtidos no valor de trezentos e vinte e quatro mil euros e dos diferimentos no valor de um ponto nove milhões de euros. Relativamente ao passivo a curto prazo diminuiu cerca de seis ponto seis por cento, menos trezentos e trinta e três mil euros, com destaque para a diminuição dos empréstimos obtidos, no valor de duzentos e vinte e um mil euros. Em termos de receitas cobradas, as receitas totais aumentam cerca de dois ponto quatro por cento, relativamente a dois mil e vinte e um, passando de vinte cinco ponto cinco para vinte seis ponto um milhões de euros. Com destaque para a receita com impostos diretos, mais trezentos e treze mil euros, para as transferências correntes, um ponto cinco milhões de euros, para as vendas de bens e serviços correntes, mas um ponto um milhões de euros. O aumento registado nas receitas totais revelam o bom trabalho efetuado pelo Executivo, tendo em conta as dificuldades económicas do período. Em termos das despesas pagas, as despesas totais aumentou dez ponto nove por cento, relativamente ao o ano dois mil e vinte e um. Justificado pela rubrica de pessoal, mais vinte e um ponto sete por cento, derivado da necessidade de mais recursos humanos para fazer face às novas funções atribuídas pelo Estado central e pela atualização salarial dos funcionários e também pelo aumento da rubrica de aquisição de bens e serviços. Realce também para a diminuição da verba de juros em cerca de vinte sete por cento. Em termos da variação de saltos de receitas totais com despesas totais, para o período de dois mil e vinte a dois mil e vinte e dois, a evolução é positiva em cerca de seis vírgula sete por cento. Em termos de resultados operacionais o resultado operacional melhora a cerca de treze ponto três por cento, ou seja, mais cento e cinquenta mil euros. O resultado operacional





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negativo de novecentos e setenta e cinco mil euros é derivado do valor elevado das depreciações que, no ano de dois mil e vinte e dois, foram cerca de seis vírgula nove milhões de euros. Posto isto, passo a fazer uma breve análise aos rácios. Começo pelo rácio da autonomia financeira em que em dois mil e vinte e um teve zero ponto noventa e dois, em dois mil e vinte e dois melhora para zero ponto noventa e cinco. Este rácio, quem tiver um valor acima de zero ponto cinco significa grande capacidade para fazer face aos seus compromissos, que é o caso do Município de Anadia que têm zero ponto noventa e cinco no ano dois mil e vinte e dois. Em termos da solvabilidade em dois mil e vinte e um, doze ponto quatro, catorze, em dois mil e vinte e dois, dezassete ponto catorze, melhora, sendo superior a um representa que o capital próprio é suficiente para fazer face às dívidas a pagar, portanto, está bem visto que o Município tem grande capacidade de pagamento. Em termos do endividamento total em dois mil e vinte e um, zero ponto zero oito, em dois mil e vinte e dois, zero, ponto zero seis. Apesar de ter descido isto não é problema dado que o Município com estes valores, depende muito pouco dos capitais alheios para fazer face aos seus compromissos. Em termos da liquidez imediata em dois mil e vinte e um zero ponto cinquenta e sete, em dois mil e vinte e dois zero ponto vinte e dois. Apesar de ter descido não quer dizer que esteja aqui algum problema, dado que este rácio indica a capacidade de solver os compromissos de curto prazo com as disponibilidades. Não há valores ideais neste rácio, mas o valor apresentado é aceitável e equilibrado. Um valor muito alto pode significar falta de investimento e ou de atividade. Em termos do rácio de independência financeira que é a relação entre a receita própria e a receita total, em dois mil e vinte e um tivemos quarenta e seis ponto setenta e sete com o efeito SNC, sem o efeito SNC sessenta e quatro ponto quarenta e oito, em dois mil e vinte e dois sessenta e sete ponto sete por cento, com o efeito SNC e sem o efeito setenta e sete ponto quatro. Este efeito SNC diz respeito ainda ao efeito da norma contabilística número catorze, na qual se registou diferimentos derivados da concessão da rede à E-redes EDP. Perante o descrito, o Município apresenta um bom grau de independência financeira. Concluindo a análise dos rácios, pode-se afirmar que os valores mensurados nas contas do ano de dois mil e vinte e dois apresentam em um equilíbrio económico e financeiro invejável, muito positivo. Também é de realçar o EBITDA, que não é mais que os lucros antes de juros, impostos e amortizações, pois, em dois mil e vinte e dois apresenta um valor positivo de cinco vírgula nove milhões de euros. Em termos de conclusão verificou-se que apesar das circunstâncias divididas no exercício de dois mil e vinte e dois, o Município melhorou os indicadores. O que demonstra o seu empenho, rigor, competência e uma gestão financeira controlada. O que aqui estamos a avaliar hoje, em concreto, são as contas do ano dois mil e vinte e dois, que refletem de forma cabal os registos da atividade e foram certificadas sem reservas e ênfases, pelo que não encontro qualquer razão plausível para haver votos contra estas mesmas contas. E termino Senhor Presidente e obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Presidente quer acrescentar alguma coisa? -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu diria que já não consigo acrescentar nada mais para além de toda a informação que já foi prestada, se outras dúvidas houver cá estarei eu também para esclarecer ou, eventualmente, se for uma questão mais técnica, temos aqui também o nosso Diretor de Departamento que pode dar uma ajuda, portanto, no esclarecimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, procurarei ser breve, como sabe cinco minutos para análise de um documento tão extenso e tão minucioso da atividade, da ação da Câmara Municipal, acaba por ser um bocado ingrato para quem está do lado de cá e também um pouco ingrato do lado de lá, porque poderemos tirar conclusões, porque ainda agora assistimos às palavras da Senhora Presidente que algumas obras são feitas e no fundo, acabam ser remetidas para outras rubricas, não sei se é um bolo como disse há bocado, mas vão por outras rubricas, pronto. A verdade é que também não me vou estender na questão da análise financeira, porque, como sabe, nós estamos aqui aprovar, também apreciar a legalização das contas que resultam do relatório de gestão que foi enviado, pelo que vou ficar um pouco pela ação e tentar perceber um pouco e perguntar à Senhora Presidente se assim se houver caso o porquê de algumas tomadas de decisão. E eu começo pelas vossas palavras, realmente concordo plenamente que nós saímos de uma pandemia, é um facto, esperava-se que tudo voltasse à normalidade e, de repente, nós tivemos uma guerra, nós tivemos uma inflação, uma subida acentuada de juros, o que vem dificultar a ação do Executivo, mas vem também penalizar fortemente as famílias do Concelho. Especialmente aquelas que são mais, que estão mais fragilizadas. Só que por outro lado nós também olhamos para este documento e verificamos que embora dois mil e vinte e dois trouxesse mais receita do Município, como é exemplo da questão do aumento da fatura da água. A verdade é que a estrutura da despesa inscrita nas GOP indica uma variação entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e um negativa nas funções gerais, sociais, económicas. E depois temos outros dados que só acabam por acrescentar ainda mais confusão nesta análise, é que os valores executados no âmbito da ação social, no fundo, acabam por contrariar as dificuldades que foram ditas há bocado, porque nós temos valores, temos, no fundo, pedidos de apoio por parte das famílias mais carenciadas que estão aquém dos executados em outros anos, aliás, até em termos económicos verificamos que o Concelho apresenta até uma taxa baixa de desemprego, para além de se ter associado agora a verba recolhida da derrama e até a não necessidade de se implementar qualquer ação de apoio ao comércio local. Ora, neste cenário, a ação do Executivo também ela acresce alguma confusão à análise e falo pessoalmente, claro. Se por um lado nós nos deparamos com a disparidade de não execução ou até de ficarem aquém do que era previsto inicialmente de algumas rubricas das GOP, a verdade é que perante as modificações orçamentais, que acabam sempre se fazer ao longo do ano, verificamos que algumas das medidas que acabam por ser beneficiadas são, por exemplo, as vias municipais, as



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infraestruturas e as obras complementares. Para encerrar dizendo o quê? Nós somos perfeitamente sensíveis a uma questão pertinente e que está transversalmente em todo o documento e não especificamente em algumas rubricas que entendemos que às vezes possam dizer respeito exclusivamente, que não é. Esta questão das transferências de competências no âmbito da educação denotam-se logo aqui um valor, um acréscimo brutal em matéria de algumas rubricas. Depois tivemos a questão também do tratamento dos resíduos sólidos que teve aqui um aumento elevadíssimo e que veio mexer um pouco com as vossas contas, isto são dados que nós realmente reconhecemos e talvez por isso, por causa desta contrariedade toda, venha explicar a maior parte das questões aqui colocadas. Não sei se explicará todas porque não deixamos de ter aqui um procedimento, que já tivemos oportunidade de sinalizar outros anos e que não vou estar a repetir porque acho que não vale a pena. A Senhora Presidente já sabe a nossa opinião, eu acho que há aqui rubricas pertinentes e até pelo valor simbólico que estava alocado elas podiam ser ter sido perfeitamente contempladas e não foram. Perante o orçamento desculpe, perante a prestação de contas que nos é apresentada eu então colocava-lhe aqui algumas questões. A primeira era, no fundo, as dificuldades que foram encontradas por causa da execução de ter ficado por executar três das quatro obras que estavam previstas relativamente ao orçamento participativo Municipal de Anadia, que eu creio que datam de dois mil e dezanove, não estou preciso com a data. A segunda pergunta que lhe colocava era o que é que aconteceu relativamente ao protocolo de colaboração com a Federação Portuguesa de Ciclismo, que estava previsto realizar e que tem uma dotação de zero e, por fim, tem a ver com as zonas industriais, que isto são matérias que, no fundo, estão aqui identificadas várias medidas, a habitação, estão identificadas, por exemplo, a zonas industriais. São medidas que nós reconhecemos que são importantes para o nosso Concelho e que, mais uma vez, parece que estão a ser adiadas, no entanto, a nível das zonas industriais estava previsto uma aquisição de cinquenta mil euros nos terrenos, julgo que isto era em função dos projetos que estavam previstos, não é implementar. O facto é que estes valores foram, o valor executado foi muito além disto e era tentar perceber o porquê deste valor ter ido tanto acima do que estava previsto. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer comentar Senhora Presidente e responder a algumas perguntas? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ora bem, eu tenho alguma dificuldade de se calhar conseguir responder a tudo, porque o Senhor realmente mete tudo num bolo, o Senhor há pouco disse que eu tinha um bolo, o bolo que vem do Estado, mas aqui nós não temos propriamente bolos, temos queques e de maneira que efetivamente nós temos as verbas distribuídas pelas diversas rubricas. Estamos perante um documento que efetivamente reflete o investimento que foi feito nas diversas rubricas e como é normal, primeiro temos necessidade de ter alguma rubricas e eu já expliquei isso, de termos a dotação até para lançarmos as obras a concurso, temos que ter determinadas valores,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

determinadas dotações e porque, de facto, o Tribunal de Contas nos vai pedi explicações pelo porquê desta programação e temos que ter o dinheiro previsto, pelo menos, para esse ano, desde que lançamos o concurso até ao final do ano. E como sabem estamos aqui a falar obras de milhões, cujos procedimentos demoram quase diria eu, quase meio ano, até termos o visto do Tribunal de Contas. Por exemplo, as zonas industriais as empreitadas estão para visto do Tribunal de Contas, portanto, já foi aberto o ano passado estão para visto Tribunal de Contas e, portanto, aguardamos que o Tribunal Contas, enfim, com as questões todas que coloca, mas que efetivamente nos dê o visto. Claro que depois de ir para o visto do Tribunal de Contas e se não vamos gastar aquele dinheiro, obviamente que tentamos fazer o ajustamento e a programação até muitas vezes em função daquilo que foi a nossa estimativa de base. Como, por exemplo, as zonas industriais foram a concurso e tinham uma previsão de determinado valor. Okay e o resultado do concurso veio dizer que, efetivamente, temos concorrentes que vem fazer a obra por um valor bastante abaixo e, portanto, neste momento nós temos condições de fazer ajustamento e, portanto, fazer as alterações orçamentais e, pronto, e destinar esses valores a determinadas rubricas e, por exemplo, isso aconteceu com as zonas industriais, aconteceu também com a residência de estudantes e por aí fora, porque felizmente eu não diria que os orçamentos estão empolados, mas temos dado uma margem para termos garantias que efetivamente que temos concorrentes a virem a jogo e, portanto, enfim, não temos ficado até agora com os concursos desertos. Aliás, temos aí um ou dois, nomeadamente na área do ambiente que tem ficado, que não temos tido concorrentes e já os repetimos por duas vezes, mas quando chegamos a um ponto levantamos a base até na área do Ambiente. O plantar mais Anadia eu digo-lhe já, por exemplo, não foi feito porquê? Porque foi feito concurso e não foi, não tivemos empresa para executar a empreitada. E, portanto, estes são os problemas que nós temos na gestão destes processos. -----

----- Depois dizer ao Senhor Deputado, o Senhor falou num aumento da receita da água, que é aquilo que se tenta vender, que tivemos um aumento exponencial da faturação da água. É assim meus Senhores, continuo a dizer vocês olhem para os Concelhos vizinhos e vejam quais os preços que são praticados. E isto digamos que não cobre ou melhor, enfim, acaba por equilibrar um bocadinho aquilo que são alguns encargos, mas não cobre na totalidade os custos e, nomeadamente, quando temos as três componentes, água, resíduos sólidos e saneamento na mesma fatura é muito mais complicado e, portanto, temos que ir fazendo estes ajustamentos, aliás, eu tive oportunidade, nós mandámos, enfim, o tarifário para a ERSAR e, portanto, as respostas que nos são enviadas pela ERSAR leva-nos precisamente ou dão-nos essas recomendações para nós fazermos o ajustamento dos tarifários. E, portanto, assim temos que ir fazendo ano após ano, umas vezes aqui um bocadinho na água, outras vezes ali mais no saneamento e fazendo estes ajustamentos, sob pena de a entidade reguladora, que não nos pode obrigar, mas tem outras formas de nos pressionar. -----

----- E, portanto, depois também dizer a questão dos resíduos sólidos, tivemos um aumento enorme no ano passado, mas vamos ter um aumento brutal para este próximo ano. Okay e



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negociação em negociação, o valor que paga em termos de pagamento de quarenta e quatro euros a tonelada, passa para, já esteve em sessenta e oito, depois em discussão com a ERSUC e com a entidade reguladora, passa para sessenta e um e qualquer coisa, o valor pago à tonelada e, portanto, estamos aqui a assumir um valor efetivamente enorme naquilo que é a receita que nós recebemos em termos de faturação da parte dos munícipes, que isto não é pago de forma alguma. E, portanto, estamos muito aquém, estamos muito em défice relativamente a essa componente, também ligeiramente abaixo no saneamento, mais ou menos equilibrada com a água, mas se formos a fazer a contabilização de tudo e mais alguma coisa, porque, de facto, a gestão é por administração direta como sabem e, portanto, todos os recursos e todas as equipas que temos ao serviço, enfim, veículos e por aí fora, portanto, no fundo, se calhar também teríamos aqui algum ajustamento. Que, obviamente, a manutenção de todos os equipamentos, a substituição das redes e, portanto, não é de forma alguma também este aumento de receita que vai efetivamente cobrir as verdadeiras necessidades daquilo que são os investimentos necessários fazer também nesta questão da remodelação das redes de água e outros investimentos de substituição de equipamento e por aí fora. -----

----- Depois dizer as dificuldades na questão dos orçamentos participativos, temos três que ainda não conseguimos executar, Levira, Parada a Andar, que é um bocadinho apenas e o Moinho do Castelo. Estamos neste momento, portanto, já pedimos autorização também à REN e à Reserva Agrícola, relativamente à questão de Levira e, portanto, com ordens já para podermos avançar na aquisição de algum equipamento, delimitação do espaço, portanto, isto também em articulação com a Junta de Freguesia, a quem vou sempre recordando que o valor dos projetos dos orçamentos participativos e da forma como foram apresentados, estão efetivamente sobredimensionados e sobreorçamentados face, efetivamente, ao valor real e disponível também para a realização dos mesmos. Portanto estamos já a trabalhar para ver se conseguimos chegar a bom porto com estes três: Levira, Moinho do Castelo em Sangalhos e Parada a Andar, aqui num troço a ajustar e a articular entre aquilo que é o circuito dos caminhos pedestres, que ali há um bocadinho a sobrepor-se a este percurso que foi delineado. Também o Moinho do Castelo, com as devidas autorizações, portanto, por parte da Reserva Ecológica Nacional e penso também da Reserva Agrícola, mas estamos a chegar com a Junta de Freguesia a bom porto, para a melhor localização e termos as devidas autorizações e trabalhar dentro do orçamento que está disponível, dentro daquilo que foi aprovado, que está muito abaixo daquilo que também são as propostas no seu todo, portanto, que são apresentadas. -----

----- Portanto, na parte habitacional e nas zonas industriais, portanto, já referi as obras foram lançadas a concurso, portanto, temos concorrentes, estão a aguardar o visto do Tribunal de Contas e, portanto, é todo este tempo e esta demora que os processos concursais têm, mas pronto, felizmente penso que temos condições para dentro de dias se poderem iniciar as respetivas intervenções. Portanto, muito aquém, mas é todo o investimento. -----

----- Dizer-lhe também que nos terrenos ainda hoje, por exemplo, em reunião de Câmara, foram aprovados mais de cento e cinquenta mil euros na aquisição de terrenos para as duas



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zonas industriais: Vale do Salgueiro e Amoreira da Gândara. Um tirinha que está lá no meio e, enfim, agora quando fomos fazer a desmatção, aparece lá o herdeiro e não sei quê que diz esta tirinha é minha e, portanto, fazer esse ajustamento e outras pontinhas e estou a falar de Vale Salgueiro mais outro terreno que até hoje não era viável, não era possível fazer essa aquisição, enfim, por razões mais delicadas e já na zona industrial de Amoreira da Gândara já são terrenos fora daquilo que é a mancha da referida zona industrial, mas que entendemos que são necessárias, efetivamente, para dar toda a abertura e todo o acesso ali pela zona mais a norte da zona industrial e, portanto, só para dizer que, enfim, não são processos fechados e, pronto, se se admira de termos feito essa aquisição, obviamente só para lhe dar essa nota que ainda hoje em reunião de Câmara, portanto, foram as duas propostas apresentadas e aprovadas por unanimidade, para complementar efetiva mente as intervenções que iremos fazer nestas duas zonas industriais e, portanto, por vezes é preciso ajustar as dotações, porque há necessidade efetivamente de ajustar. -----

----- Depois só dizer-lhe uma coisa Senhor Deputado, o Senhor há pouco disse, temos muitos pedidos de apoio de famílias, não são vocês que os têm, o Senhor disse temos, que eu escrevi, quem os tem somos nós do lado de cá. De facto, é assim todas as candidaturas, todos os processos que nos chegam aqui e não só, todos aqueles que nós encontramos por outras razões e que levamos as pessoas a se candidatarem a este processo, desde que cumpram requisitos que estão definidos em termos regulamento, nenhum deixa de ser apoiado e não há praticamente quase reunião de Câmara alguma, em que não se leve processos ou de natalidade ou de arrendamento urbano, como foi hoje, ou de fundo social. Portanto, temos, temos, temos as candidaturas do lado de cá e, portanto, são essas que são apreciadas e, como disse, vamos mais além da procura que temos das pessoas que nos batem à porta, portanto, há situações em que vamos nós ao encontro dessas pessoas e quando elas permitem e deixam ser apoiadas e deixam que nós as apoiemos, obviamente que são integradas também nestas candidaturas e nestes apoios, desde que cumpram os referidos requisitos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Victor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Apenas para alertar para o seguinte, se foi definido um determinado valor para uma determinada rubrica de uma GOP, por exemplo de cem, se no exercício de dois mil e vinte e dois tivemos uma taxa de dez por cento de inflação, quer dizer que apenas se podia concretizar noventa por cento e há GOP que têm valores muito aproximados de oitenta por cento, oitenta e cinco, o que perante a conjuntura da inflação registada no exercício claramente que houve uma taxa de execução geral muito positiva e termino. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, se faz favor. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, tecer só duas considerações e acho que fui mal interpretado. A primeira era para dizer que realmente, pelos indicadores que aqui estão, que geram alguma confusão, até parece que o nosso Município está bem, porque face a um retrato que é feito no momento e face à análise de alguns dados que aqui estão, nós ficamos de uma forma positiva agradados porque é bom sinal. Segundo para dizer sobre esta questão das taxas, isto das taxas, olhe eu vou-lhe dar um exemplo, as férias desportivas, por exemplo, as férias desportivas foram sinalizadas com uma previsão de oito mil euros, sofreram alterações ao longo do ano, passaram para dois mil euros e desses dois mil euros, fizeram-se mil e setecentos ou executaram-se assim de referir, dá setenta e tal por cento, setenta e seis por cento, está a ver? Pronto, isto são estas taxas, eu olho para estas taxas desta forma, não posso olhar também só para o valor final pensando que isto é um resultado de uma ação que vai ao encontro das medidas que foram definidas inicialmente, porque é também isso que a gente está aqui a definir. E também fui claro ao dizer que eu estou favorável a este plano, porque não estou a analisa-lo do ponto de vista financeiro, estou a ser compreensivo com estas duas medidas que vieram penalizar de grande forma e vão condicionar a vossa ação, a ação do Executivo que foi a questão das transferências de competências no âmbito da educação e a questão do aumento brutal que houve nos resíduos. Agora houve um aumento de receita, ponto. E se neste aumento de receita e agora se me permitir a mesma analogia me desse aqui um quequezinho no âmbito, por exemplo, da requalificação e valorização do rio e as suas margens ou da construção da ecovia e percursos pedonais, que eu passo a dizer, são duas matérias que a gente tem trazido aqui e posso-lhe dizer desde dois mil e dezoito, então nas ecovias o valor que está no relatório de contas, já me vai dizer certamente que foram feitas outras empreitadas, mas é zero todos os anos. E o mesmo acontece, por exemplo, na requalificação, não é por falta de aviso, mas não é isso que me vai levar a votar contra este orçamento. Agora isto é um facto, estes factos estão cá e conforme este podemos enumerar outros e que são parcelas pequeninas, daí eu ter feito aquela analogia, ou seja, perante umas parcelas tão pequeninas, a preferência foi para uma parcela grande e há outras que são as vias, entende? Eu não teria tomado essa decisão, mas compreendo perfeitamente os valores que aqui estão, face às dificuldades que vocês tiveram com a questão das transferências e com a questão dos resíduos e não só. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares, para que efeito? Breve por favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Victor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Um sinal claro que a economia do Concelho está a funcionar está na receita de impostos. Nós vimos que no IMI cresce de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, de zero ponto cinquenta e três por cento, no IMT dezassete ponto vinte e oito por cento, no imposto de circulação treze ponto zero um por cento e na derrama trinta e dois ponto oitenta e oito por cento. Isto é claríssimo que com este aumento de impostos pelo Município e num período de





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

crise, claramente que revela a pujança do Município. Okay? Pronto e termino Senhor Presidente.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu ia só fazer ali algumas considerações, mas já agora só para fazer uma correção, porque quem está lá em casa pode interpretar outra coisa diferente, o Senhor Deputado disse perante este aumento de impostos não, perante este aumento de receita relativamente aos impostos, porque os impostos não aumentaram. Estão na base. Okay? E, portanto, desculpem só fazer esta correção, mas quem nos ouve lá em casa pode interpretar algo diferente. Sim, mas a questão do IMI não é, portanto, fazer aqui esta correção e também dizer-vos que, efetivamente, se há um aumento, nomeadamente, do IMI e do IMT e etc, deve-se efetivamente ao investimento que tem sido feito no nosso Concelho. Mas também na questão de IMI, parecendo que não, não é só a questão do grupo que vai trazer, enfim, um bocadinho mais, mas a questão da legalização forçada, efetivamente de muitas habitações. Nós cada vez mais, qualquer pessoa hoje que queira vender uma casa tem que ter efetivamente uma licença de habitabilidade, conforme consta do processo que tem na Câmara e aquilo que nós verificamos diariamente é que são as pessoas a pedirem-nos certidões, as plantas, etc, para colocar, enfim, no notário ou apresentar nas Finanças e aquilo que se verifica é que efetivamente o que lá está não bate certo com aquilo que efetivamente foi aprovado na Câmara e, portanto, temos que levar as pessoas a fazer as respetivas legalizações, sob pena de não haver negócio, porque o bilhete de identidade da casa não está correto. E, portanto, isto parecendo que não tem levado a um grande volume também de processos, nomeadamente, da área do Urbanismo que ocupam efetivamente muito os nossos técnicos, na procura das melhores soluções para se resolverem as diversas situações e, portanto, logicamente, quando há legalizações é evidente que o IMI necessariamente tem que aumentar. E hoje o Google tem os seus inconvenientes, mas também tem as suas vantagens, porque se vê muita coisa a partir do Google e, portanto, regista-se logo, enfim, muitas coisas que têm que ser referenciadas. -----

----- Depois, só aqui em relação ao Senhor Deputado Rui Bastos, dizer-lhe uma coisa, efetivamente o Senhor aponta a requalificação das margens do rio e os circuitos pedonais, não foi nesta rubrica, por exemplo, que foi imputada toda a limpeza que nós fizemos no Rio Cértima, no Rio da Serra e por aí fora. Porquê? Porque é considerado toda e esse investimento que foi feito nos trabalhos especializados, acho eu, ou na conservação de bens, portanto, vai a outra a rubrica do orçamento e não à rubrica das GOP. Mas a rubrica continua lá porquê? Porque como vocês também sabem nós temos ainda um processo pendente com o Município vizinho da Mealhada, numa suposta candidatura e num financiamento que nos foi prometido, cujo projeto está a ser elaborado e ajustado para intervenção, nomeadamente, no Rio Cértima, com o sonho de também, mais uma vez, para além daquilo que foi o percurso dos Caminhos de Fátima, podermos também ter estes circuitos pedonais que possam ligar o Município de Anadia ao Município da Mealhada e, portanto, a rubrica continua cá. Mas não deixa o Município de fazer



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a intervenção quando tem que ser feita e, portanto, mais uma vez aqui está uma rubrica onde, de facto, certo, os Senhores não conseguem ler, mas o que é certo é que foi feito e, portanto, não aparece lá. -----

----- Depois dizer-lhe também outra, não estou aqui já a justificar-me, se calhar o Senhor iria apresentar depois, a questão das férias desportivas. Não foi por falta de vontade do Município não se executarem as férias desportivas e se a rubrica não foi consumida, foi porque na realidade nós tivemos que fazer um desenho de férias desportivas diferente daquilo que era habitual, porque foi aquilo que nos foi permitido. E, portanto, o programa e o desenho das férias desportivas e os horários que foram propostos para as férias desportivas, obviamente, não correspondem às necessidades nem das crianças nem dos pais, porque tivemos que propor um horário limitado, porquê? Porque o IPDJ e, nomeadamente, com a ASAE, nos ameaçou que enquanto não houvesse regulamento não podíamos ter este desenho de férias desportivas, o que nos levou a criação do regulamento, portanto, isto para dizer que, nomeadamente, fizemos o programa das férias desportivas no Natal e, portanto, não tivemos alunos. Penso que por essa justificação dos timings, mas também pelo tempo que é mais reduzido, etc, os pais estão em casa e, portanto, também não querem gastar essa verba, fosse o que fosse, não foi possível a realização. Como também já aconteceu este ano na Páscoa, portanto, não temos o regulamento ainda aprovado e, portanto, tivemos que fazer igualmente um programa idêntico e mais uma vez não tivemos alunos para as férias desportivas. Mas também dizer-lhe Senhor Deputado que a verba que lá está diz apenas respeito, por exemplo, a uma parte daquilo que é gasto, porquê? Porque o que está ali é contratação de professores para ajudar os nossos colaboradores, para acompanhar os alunos nas férias desportivas e no seguro desportivo. Mas, por exemplo, não está lá contabilizado o custo que representa também para as férias desportivas porque eles estão lá, os nossos operacionais, os nossos outros técnicos, não está lá porquê? Porque eles estão imputados na rubrica do pessoal. Como também não está lá a alimentação que os meninos comem, porque efetivamente essas refeições não têm sido consumidos por essa rubrica, têm sido fornecidos pela nossa cantina escolar e, portanto, saem diretamente dessa rubrica, embora a receita quando é, quando ela existe também é imputada à parte orçamental, portanto, eu sei que não lhe adianta essa justificação, porque números são números, mas eu gosto de que o Senhor fique esclarecido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, depois deste exaustivo debate e apreciação deste ponto número dois, passo à sua votação. Quem vota a favor primeira fila, quem vota a favor segunda fila, quem vota a favor terceira fila, quarta fila, quinta fila. O Senhor é a quinta fila hoje, Mesa, portanto, o resultado ainda não está apurado. Já estavam todos para me caírem em cima meu Deus do céu. Portanto, na primeira fila quem se abstém, segunda fila, na primeira fila quem vota contra, portanto, espere aí Senhor engenheiro tenha calma, agora que já passou esta discussão toda, agora deixe-nos pensar um bocadito. Num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do art.º 3.º do Regimento da



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal de Anadia – alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – conjugado com os art.ºs 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, três votos contra, dos Deputados do Grupo Municipal do PS e zero abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2022, bem como apreciou a Certificação Legal das Contas de 2022 e o Património do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- E agora Senhor Engenheiro faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado. Vou então ler a declaração de voto que justifica o voto contra que assumimos. Os documentos da prestação de contas referente ao exercício de dois mil e vinte e dois da Câmara Municipal de Anadia, bem como sobre a certificação legal das mesmas disponibilizada a esta assembleia, com vista à sua apreciação e votação, merecem ao Grupo Municipal do Partido Socialista, após atenta análise das mesmas, os seguintes comentários. Apesar dos pequenos lapsos detetados numa página do documento e assumido pelo respetivo serviço camarário, que não valorizamos naturalmente, como trabalho técnico elaborado por quem possui competências para o fazer, não merece da parte deste Grupo qualquer dúvida ou comentário desfavorável. Trata-se este documento de elencar o que foi, o que foi recebido e pago pela Câmara Municipal, utilizando as técnicas contabilísticas da gestão pública autárquica. As divergências deste Grupo não têm a ver com a eventual desconformidade entre o que estava previsto no Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois e o que efetivamente se executou, o que aconteceu nalgumas rubricas, mas entre o que estava contido nestes, nesses documentos, ou seja, no Orçamento e GOP de dois mil e vinte e dois, que este Grupo não aprovou em dezembro de dois mil e vinte e um e o que pensamos ser o Orçamento que melhor serviria o Município de Anadia, os munícipes de Anadia. O Orçamento e GOP para dois mil e vinte e dois representam a concretização do programa eleitoral do MIAP, em consequência da maioria que detém nos órgãos autárquicos de Anadia. O Grupo Municipal do PS realça as suas discordâncias relativamente a algumas das medidas executadas ou à forma da sua aplicação no terreno, como apenas a título de exemplo, o investimento quase inexistente na área da habitação, o que dificulta a fixação de trabalhadores jovens e menos jovens, apesar da baixa taxa de desemprego do Concelho. O projeto ELH é muito específico e não resolve esta grave carência. A verba de setecentos mil, setecentos e quatro mil euros executado na área do abastecimento de água é cerca de metade da executada no ano dois mil e vinte e um, quando a grave crise da falta de qualidade da água distribuída pela autarquia em agosto de dois mil e vinte e dois, veio mostrar que era necessário um investimento mais significativo nesta rubrica. Na ação social a execução foi de duzentos e trinta e nove mil euros, o valor mais baixo desde dois mil e vinte. O comércio local tem sido abandonado, pois mesmo do ínfimo valor previsto,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que eram cinco mil euros, nada foi utilizado. Reconhecemos aspetos positivos, naturalmente, como, por exemplo, os apoios nas áreas de desporto, recreio e lazer, bem como no saneamento, proteção civil e o investimento na reabilitação das unidades de saúde, como foi o caso do Centro de Saúde de Anadia. No entanto, o Grupo Municipal do Partido Socialista se para isso tivesse legitimidade, teria utilizado as verbas disponíveis de forma diferente, com outras prioridades e gostaria de ter visto um maior investimento na ação social, na cultura feita localmente, no ambiente e em outras coisas como, por exemplo, a manutenção de espaços públicos, os parques e jardins, as estradas municipais, passeios e caminhos florestais. Por este conjunto de razões, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota contra este ou votou contra esta prestação de contas do Executivo relativa do exercício de dois mil e vinte e dois. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, mas gostei de uma coisa gira que disse noutras coisas, gostei a sério. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssima Senhora Presidente de Câmara, apresento os meus cumprimentos, sendo os mesmos através de vossas excelências extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão remotamente. -----

----- Eu começo por referir que o que estivemos a analisar, discutir e votar foi documento de prestação de contas, isto é uma demonstração de resultados, o que é uma efetivação e, portanto, representa passado. O orçamento sim, é uma carta de intenções, que tem previsões e esse representa o futuro. Futuro esse que nós ainda não conseguimos prever e, portanto, há coisas que acontecem durante o ano e que, obviamente, fazem desviar verbas e por aí adiante. Analisando os documentos de prestações de contas referente ao exercício de dois mil e vinte e dois, bem como a apreciação da certificação legal de contas de vinte e dois e do património do Município de Anadia, importa salientar o período atípico que vivemos desde dois mil e vinte. Primeiro, uma pandemia. Exatamente quando estávamos a sair desta deparamos com início de uma guerra na Europa, com todas as consequências que daí advieram. Em dois mil e vinte e dois fica também caracterizado pelo incremento dos custos da energia, dos combustíveis, pela escassez de matérias-primas, logo pelo aumento dos custos de produção e o consequente disparar dos valores da inflação para os mais elevados dos últimos trinta anos e numa tentativa de estancar esta subida abrupta da inflação tivemos o Banco Central Europeu que aumentou de forma exponencial as taxas de juro de referência e com isso criou ainda mais dificuldades para as famílias, para as empresas e, obviamente, também para os Municípios. Também em dois mil e vinte e dois verificámos o início da descentralização de competências, nomeadamente, o caso da Educação, competências essas que, como se constata, não foram acompanhadas por um pacote financeiro competente, obrigando os Municípios, nomeadamente o de Anadia, a gastos suplementares. Face ao exposto, tratou-se de um ano difícil e desafiante, mas que pelo que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podemos verificar o Executivo, uma vez mais, demonstrou uma excelente capacidade de gestão e de rigor, apresentando uma elevada taxa de execução orçamental, bem como um grau de execução das GOP que consideramos excelente e com indicadores económico-financeiros bastante sólidos. Assim, destacamos os seguintes indicadores. Execução orçamental da receita de noventa e um vírgula cinquenta e oito por cento, ascendendo a vinte seis vírgula cento e trinta e oito milhões de euros. Lembrar aqui que o Município de Anadia tem os impostos e taxas a valores reduzidos. Execução orçamental da despesa de noventa por cento, ascendendo a vinte cinco vírgula seiscentos e oitenta e sete milhões de euros. Ora, estas percentagens, noventa e um vírgula cinquenta e oito e de noventa por cento demonstram claramente que os orçamentos apresentados são realistas e não empolados. A execução orçamental das GOP de oitenta e seis vírgula zero oito, ou seja, um aumento face a dois mil e vinte e um, sendo as GOP comprometidas de noventa e sete por cento. De realçar que as GOP com maiores montantes comprometidos são as sociais e as económicas, demonstrando, por um lado, a preocupação do Executivo em melhorar as infraestruturas sociais do Concelho e, por outro lado, a preocupação com setor económico como alavanca para o desenvolvimento sustentável a médio longo prazo. A diminuição do endividamento bancário, tendo aumentado, portanto, o investimento com recurso a fundos próprios através de subsídios ao investimento e não através de empréstimos bancários. O aumento da margem disponível de endividamento que ascende a cinco vírgula quatrocentos e noventa e sete milhões de euros, o que deixa o Município mais preparado para investimentos futuros. Autonomia financeira de noventa e quatro vírgula quarenta e nove. E ainda a certificação legal das contas não mencionar qualquer reserva por parte dos revisores oficiais de contas, o que denota que as contas de dois mil e vinte e dois apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica e financeira do Município. Situação que, como sabemos, não se verifica em muitos Municípios do país. Assim, na nossa opinião, as conjugações de todos estes indicadores, demonstram uma excelente gestão financeira do Município, uma gestão controlada, competente, realista e capaz de responder ao tempo em que vivemos, capaz de preparar o futuro e que vai de encontro ao que o Movimento Independente Anadia Primeiro se propôs. Como tal, o nosso voto não poderia ser outro que não o voto favorável. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, vamos passar à análise do **ponto três** da ordem de trabalhos cuja redação é **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto final de regulamento de funcionamento das férias desportivas e culturais do Município de Anadia.** -----

----- Portanto, abro desde já as inscrições, salvo se a Senhora, faz favor, salvo se a Senhora Presidente, se a Senhora Presidente quer fazer a apresentação. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente é assim não vale a pena fazer a apresentação, está tudo no documento e acho que é claro. Só dizer que efetivamente, portanto, tomámos esta decisão de avançar com



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este regulamento. Tivemos quinze dias de consulta pública para rececionar os contributos, não houveram contributos. Fizemos a proposta de regulamento, proposta essa que entretanto foi também, esteve trinta dias exposta para receção dos contributos, portanto, em período de discussão pública, não houve a receção de quaisquer contributos e, portanto, neste momento aquilo que estamos a apresentar hoje é a proposta final de regulamento a ser apresentada pela Assembleia, uma vez que da parte do Executivo e da parte da população, portanto, não houve qualquer intervenção, não houve mais nada a acrescentar ao mesmo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou agora a palavra o Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente na sua pessoa saúdo todos os presentes e quem nos ouve e queria já Senhor Presidente, que efetivamente pode ter sido um lapso meu, mas ao longo do tempo não detetei o problema de ter estado em consulta pública e também não detetei o segundo, segundo consulta pública para aprovação, pelo que se fosse caso disso teria-lhe dito o seguinte, já agora, respondo quanto a este ponto, ficamos satisfeitos por ver finalmente o programa férias desportivas e culturais, promovido pelo Município de Anadia, ser objeto de regulamentação. No entanto, e de todo o modo questionamos o motivo pelo qual o limite de idades participantes é de catorze anos, quando o decreto-lei trinta e dois barra dois mil e onze, de sete de março, estabelece idades compreendidas entre os seis e os dezasseis? Questionamos também dezoito, perdão repito dezoito. Questionamos também o motivo do regulamento não ter aí definidas as respetivas taxas, de forma a conter a informação máxima possível no próprio regulamento. Questionamos também não existirem possibilidades de isenções quando estas, em caso de necessárias, necessárias e justificadas. Portanto, Senhora Presidente era só isto que eu queria dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Aprove-lhe dizer alguma coisa Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer que, efetivamente, na questão da idade foi uma opção nossa, não vamos contra aquilo que está definido, mas, obviamente, temos aqui uma baliza de tempo e, portanto, foi a nossa escolha dentro das condições que temos, daquilo que podemos proporcionar e, portanto, nós não temos, temos grupos de alunos, mas não temos turmas de alunos. Isto para dizer que na mesma turma praticamente pode haver um ou dois grupos, não há não sei quantos e, portanto, gerir as idades de dezoito anos com menos, mais pequeninos, não é fácil, são interesses completamente diferentes e, portanto, entendemos que esta seria as idades ajustadas para conseguir fazer a gestão destes pequeninos grupos e, portanto, faz face à nossa realidade. Quanto à questão das taxas e isenções, eles não fazem parte deste regulamento, nem têm que fazer, primeiro, porque não são taxas, são preços, portanto, aquilo que pagam são preços de um serviço que é prestado e, portanto, não é nenhuma taxa. Qualquer análise a ser feita sobre isenção, enfim, desse valor, numa tabela de preços está previsto um artigo para



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Município possa analisar os pedidos sobre as isenções ou a redução de preços, se for o caso disso. Portanto, é aquilo que, neste momento, se me oferece dizer relativamente a este ponto, até por qualquer diferença que houvesse efetivamente, o regulamento não fica condicionado, portanto, nós já tentamos até compilar efetivamente os valores todos numa única regulamento de taxas, depois num único regulamento de preços, neste momento, quando isto for decidido há de ir à reunião do Executivo, portanto, há de ser deliberado o início do programa das férias desportivas, dentro daquele programa, com aqueles preços a aplicar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Portanto, não havendo mais inscrições ah, desculpe Rui, desculpe, nem me lembrava de si. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, então dando continuidade a este tema que se iniciou no ponto anterior, fazer apenas aqui um pequeno interregno relativamente aos dados, que é assim, eu não sei se hoje foi o dia escolhido para dizer ao Rui Bastos vamos aqui confundir a sua análise e vamos dar aqui umas informações que lhe vai confundir ainda mais, mas eu tinha consciência um pouco que essas despesas com pessoal, transportes e até as próprias refeições, poderiam ser aportadas num tal bolo, não sei, pronto, não noutra sítio. Mas a verdade é que as férias desportivas e eu já tive a oportunidade de debater com o Doutor Lino esta questão no Conselho Municipal da juventude, nós se seguirmos o trajeto do programa verificamos que este programa em dois mil e dezoito, se não estou em erro Doutor, depois diga-me, em dois mil e dezoito passaram a ser deixaram de ser apenas férias desportivas e passaram a ser desportivas e culturais, no intuito aqui até de alargar as atividades que seriam oferecidas aos alunos. Mas depois olhando para os valores que aqui são votados, verificamos que a maior parte, à exceção de dois mil e vinte, talvez por ter sido pior o período de pandemia, nós verificamos, em alguns casos, valores de cinquenta por cento abaixo daquilo que estava previsto. Inclusive este valor, inclusive este valor de mil quinhentos e vinte sete euros de dois mil e vinte e dois. Pronto, não é de estranhar que a gente pense, o Senhor Deputado Rui Bastos pense que possa haver aqui então, uma vez que está garantida as refeições, está garantido o transporte, está garantido o pessoal, haja aqui um comprometimento das atividades. Por outro lado, para lhe dizer que fico contente sobre a explicação que deu relativamente ao valor, que abre aqui margem para que sejam atendidas as famílias carenciadas e que algumas são do conhecimento face ao escalão A, que por exemplo de que beneficiam na escola. Mas fazer uma referência de algo que este regulamento poderia ter inscrito, por exemplo, o número de vagas a destinar sobre o valor que é decidido pelo Executivo, por exemplo, a crianças indicadas pela CPCJ como alguns regulamentos têm espalhados pelo país fora. Acho que seria um dado importante, já sei que não vai a tempo, eu também não tive a oportunidade de participar dele. De resto dizer-lhe que fazer uma pergunta simples. Senhora Presidente se por acaso, por acaso os miúdos podem ser portadores e que eu não vi aqui discriminado, porque estamos a falar da necessidade de criar regras, os miúdos podem ser portadores de telemóveis e utilizá-los nos locais, claro, mediante





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orientação dos monitores e dos técnicos que estão presentes? É só obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Quer responder Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu quando presto as informações, longe de mim querer confundir o Senhor Deputado, antes pelo contrário eu quero é esclarecer. Se o Senhor sai daqui mais confundido isso é mau. Mas também para lhe dizer que não precisa de estar à espera deste momento para vir ser esclarecido à Assembleia Municipal, tem todo o tempo do mundo e o meu contacto pessoal também, se for caso disso, portanto, tem todo o tempo do mundo para ser esclarecido e vir com o menor número de dúvidas para esta Assembleia Municipal. Senhor Deputado é assim não vamos agora pensar que vamos abrir as férias desportivas a toda a gente. Ok? Há uma data em que nós abrimos as férias desportivas e inscrições e depois para toda a análise, obviamente, é preciso um tempo para a nossa equipa também social analisar os respetivos pedidos, inscrições e por aí fora. Mas já agora também para lhe dizer que, por exemplo, o nosso grupo dos meninos Ser Mais, que também integram algumas famílias da CPCJ, todos os anos têm tido acesso a uma semaninha das férias desportivas. Portanto, para além de tudo aquilo que desfrutam ao longo do ano, também têm oportunidade de frequência nas férias desportivas, portanto, e logicamente assim continuará a ser desde que, enfim, as coisas se possam ir desenvolvendo, portanto, à exceção do período de covid, mas essas crianças sempre estiveram incluídas e ajustadas como por vezes também nos surgiram já até outros pedidos, nomeadamente até da Misericórdia, das crianças que estão no CAT de Sangalhos, portanto, enfim, são situações que não deixaremos de considerar. Portanto, sobre os valores não o quis confundir, só esclarecer, obviamente que este ano provavelmente na questão das refeições ainda estamos aqui a fazer férias desportivas de Verão, como é que vamos fazer, porque a cantina está entregue a uma empresa, como é que vamos fazer, enfim, com o período das férias, mas, se for caso disso, iremos efetivamente contratualizar as refeições com alguém, para que efetivamente não falem as refeições aos meninos que frequentam as férias desportivas e, portanto, tudo aquilo que possamos fazer para melhorar e para trazer algo de novo e acrescentar algo mais cá dentro, e eu digo cá dentro, porque, enfim, de início quando entrámos com este programa íamos muito para fora. Eu acho que nós, essencialmente, temos que fazer estes programas e mostrar aos meninos aquilo que nós temos cá dentro e de melhor, porque muitas nem todos têm oportunidade de os pais terem disponibilidade e de lhes ir mostrar e poderem, enfim, usufruir e conhecer um pouco mais que o nosso Concelho tem para lhes oferecer, com a devida segurança, com as devidas cautelas que são necessárias. E digo isto, por exemplo, como ir para a praia, enfim, deixámos de levar os meninos à praia, porque, enfim, isso é um processo um bocadinho mais complicado e delicado e, portanto, enfim, temos instituições que o fazem, têm pessoas, enfim, com capacidades também para fazer esse acompanhamento, tudo bem. Nós fazemos de acordo com as nossas condições e daquilo que podemos oferecer, quer em termos desportivos, quer em termos culturais, o melhor que temos para oferecer, enfim, aos nossos



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

jovens e, portanto, pode-os ocupar e que eles se sintam bem e por alguma razão temos tido muitos repetentes, é porque se sentem bem. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais nenhuma intervenção neste ponto, pô-lo-ei à consideração para votação e, portanto, quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, Mesa. Num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Funcionamento das Férias Desportivas e Culturais do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Antes de entrar no Período de Intervenção do Público, recebemos uma proposta do Grupo MIAP, aprovação em minuta a fim de produzir efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o número quatro do artigo quinquagésimo terceiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, dos pontos dois e três do Período da Ordem do Dia. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, Mesa. Foi também aprovado por unanimidade a aprovação em minuta. -----

----- Entramos agora no **Período de Intervenção do Público** e eu perguntou ao Senhor técnico administrativo se há inscrições para intervenção? Pois também acabou-se o momento então. Portanto, não havendo inscrições para intervenção por parte do público, dou por encerrada esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia, são dezassete horas e cinquenta e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -